

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
CVces

NÚMERO 64
JUNHO 2012



ESPECIAL RIO+20

**O MUNDO DE OLHO NO RIO,
O RIO DE OLHO NO MUNDO**

Problema, não. Solução

Pivô de um embate entre alas da sociedade civil e a ONU, a economia verde, um dos temas centrais da Rio+20, precisa ser vista não como problema, mas como instrumento a ser usado com inteligência em busca das soluções. Temerosos de que seja apenas uma casca para esverdear os velhos processos de sempre, sem trazer modificações de fundo, muitos veem na economia verde a representação do mal.

Sabemos que o *business as usual* tem levado ao colapso ambiental e à injustiça social, sem falar na crise econômica em si – mostrando a necessidade de revisões profundas no sistema. Mas, se a atual prática econômica leva a tantos problemas, que seja revista para apresentar as saídas. Este é o debate que precisa ser feito durante e após a Rio+20.

Essa mensagem é passada de forma acessível na figura do *donut*, ou rosquinha, criada pela organização não governamental Oxfam. Mostra o intervalo em que cabe à humanidade se desenvolver, compreendido entre as necessidades sociais básicas a serem satisfeitas e os limites ambientais a serem respeitados. A economia entra como o instrumento que tem como função distribuir da melhor maneira possível os recursos nesse intervalo (*mais em Artigo à pág. 18*).

Mas, como enfatiza o professor José Eli da Veiga, no meio do caminho tem uma pedra, que é a resistência em debater o combate às desigualdades, assunto que ele chega a qualificar como um tabu. Para erradicar a pobreza e promover a inclusão, o crescimento econômico será inevitável para significativa parte da população. Mas, como o planeta é finito, caberá às parcelas mais ricas do globo abrir mão do crescimento e do consumismo supérfluo – sem abandonar a prosperidade – para que os mais necessitados possam ganhar espaço ecológico, respeitando-se as fronteiras ambientais do *donut*.

Nesta Edição Especial de PÁGINA22, com 16 páginas a mais – e em que passamos a contar com o apoio do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) –, mergulhe neste e em outros pontos cruciais que podem fazer da Rio+20 um marco na nossa História. Mais que um ponto de encontro, que seja um ponto de partida para encarar tantos e novos desafios.

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle
SUBEDITORA Leticia Freire
REPÓRTER Thaís Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (edição), Daniella Campos (diagramação)
www.vendoeditorial.com.br
EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA Lucas Cruz
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Amâncio Friaça, Ana Cristina d'Angelo, Aron Belinky, Barbara Oliveira, Fábio Rodrigues, Fabio Storino, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira, Ignacy Sachs, Magali Cabral, Maria Alice Setubal, Martha San Juan França, Sucena Shkrada Resk
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
(11) 4303-8741
TUPINÁ COMUNICAÇÃO LTDA.
COORDENAÇÃO Júnior Tupinã
celular (11) 8202 4825
juniortupina@tupinacomunicacao.com.br
ASSISTÊNCIA COMERCIAL
Rosana Mendes
rosana@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Vox Editora Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO

IDS Instituto Democracia e Sustentabilidade

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C044008

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

PÁGINA 22: NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

CC creative commons



14 ENTREVISTA Mudanças são lentas e locais, diz Lalonde, coordenador-executivo da Rio+20

24 ESPECIAL RIO+20 Vinte anos depois, a grande questão é o *como fazer*: que meios serão necessários para colocar em prática o desenvolvimento sustentável?

31 GUIA Destaque as páginas centrais deste exemplar e oriente-se quanto aos temas fundamentais em discussão e à localização dos principais eventos

36 PONTOS QUENTES Entenda os temas nevrálgicos na direção do "futuro que queremos"

50 ENTREVISTA A "economia verde" virou o inimigo comum, diz Pedro Ivo, da Cúpula dos Povos

56 SOCIEDADE CIVIL A abertura para dialogar com governo e setor privado é um dos divisores entre movimentos sociais e ambientalistas

Seções

06	Notas
10	Web
11	Página Cultural
12	Estalo
18	Artigo
20	Opinião
35	Análise
60	Artigo
62	Última

CAPA Arte: Dora Dias Foto: SXC

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[O dia em que faremos contato

– ed. 63] Fiquei muito feliz em ler a matéria. Sou estudante de publicidade, despertei para o tema e me perguntava onde procurar uma rede de pessoas que pensa da mesma forma. E vocês fizeram contato! Meu questionamento passou a ser uma afirmativa sustentável: sim, existe um longo caminho a percorrer até a conscientização das agências de publicidade, e que práticas sustentáveis são inovações, novas formas de pensar e gerar resultados, respeitando o meio ambiente!

Marco Aurélio

Concordo, mas em que língua os povos se comunicarão? No inglês, marca do imperialismo americano, no difícil chinês, o idioma do país do futuro, ou em esperanto? Júnior

[Cidadania do mundo – ed. 63] Muito boa entrevista. Posicionamento perfeito do secretário (Eduardo Jorge). Alex

[O tripé da insustentabilidade – ed. 63] O nitrogênio na quantidade certa é necessário. O excesso é o responsável por esse e outros problemas que ocorrem no ambiente. Celso Gibson

[Chegou a hora de revisitar o triple bottom line – Blog da Redação]

O triple bottom line é uma metáfora útil por conseguir mostrar novas dimensões a gestores ainda guiados pelo velho paradigma do sucesso no mundo dos negócios. Mas não é um modelo completo, nem tenta sê-lo. Igor Oliveira

[A fama das calçadas – ed. 63] Para que o cidadão comum assuma que a calçada faz parte de seu imóvel, ele precisa ampliar seu senso de coletivo para além do umbigo familiar. Marcia Michelotti

LÁ EM CASA – QUEM FAZ PÁGINA22

José Alberto Gonçalves Pereira – Colaborador e editor de Economia Verde Para nós, simplesmente Beto. Figura ímpar, é a antena que conecta economia e meio ambiente. Tudo começou quando, ainda menino, lia muito sobre questões indígenas. Anos depois, já cursando jornalismo na USP, apaixonou-se de vez por temas ligados ao meio ambiente. Hoje colabora com ONGs, consultorias e imprensa especializada em sustentabilidade. Mas a praia do santista Beto é ajudar na formação das novas gerações de jornalistas da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, com oficinas sobre mudanças climáticas e economia verde.



Os economistas é que **estão verdes**

A economia verde é tema central na Rio+20, mas será que os economistas estão maduros para essa discussão? Para Guilherme Leal, fundador da Natura e do Instituto Arapyaú, não: “A grande maioria dos economistas não está preparada e poucos se dispõem a esse debate”.

Buscando corrigir essa “falha de mercado”, Arapyaú, Funbio e Vitae Civilis organizaram nos últimos meses uma rodada de debates – os Diálogos Sustentáveis. O terceiro encontro está agendado em plena Rio+20, em 15 de junho, com a presença de Ricardo Abramovay, professor da FEA-USP, Tim Jackson, professor de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Surrey, autor do relatório *Prosperity Without Growth* e o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, sócio fundador da Gávea Investimentos.

No encontro realizado em maio, vozes ligadas tanto à economia ecológica como à “clássica” debateram os instrumentos para a transição ao novo modelo: José Eli da Veiga, professor de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP, Paulo Bastos Tigre, professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, e Samuel Pessoa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV.

Um dos pontos altos foi a discussão sobre o papel do mercado, do Estado e dos indivíduos nessa transição. Ao entender a crise ambiental e social como uma falha de mercado, e não apostar muitas fichas na evolução ética individual, Pessoa defendeu que o Estado exerça o seu papel regulador. “Não acredito no indivíduo e o mercado em si não dá a solução”, disse.

Veiga rebateu que a busca da certificação socioambiental de produtos, em busca de competitividade no acesso a mercados, é uma mostra de que instrumentos de mercado que respondem a uma pressão da sociedade podem, sim, funcionar. E, para argumentar que há uma evolução ética em curso no campo ambiental, traçou um paralelo com o fim da escravidão. “Nunca vão conseguir provar que a escravidão foi combatida porque ficou mais barato não ter escravos – os tais princípios éticos tiveram dificuldade de chegar nos parlamentos, mas chegaram e foram decisivos.” Ao final, Leal concluiu: “Falhas de mercado não se resolvem só com bom mocismo, mas ainda assim as lideranças éticas são necessárias”. **POR AMÁLIA SAFATLE**



PÁGINA 22 EM TABLET E SMARTPHONE
Todo o conteúdo da revista impressa e do site já pode ser lido por meio de *tablets* e *smartphones*. Confira a nossa versão *mobile* em fgv.br/ces/pagina22.

DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS III

RAZÕES PARA OTIMISMO

A Rio+20 não deve ser comparada com a Rio 92 nem com a Conferência do Clima em Copenhague, a COP 15. Mas sim com a Rio+10, realizada em 2002 em Johannesburg, defende José Eli da Veiga, professor do IRI-USP. “Esta, sim, um tremendo retrocesso.” Segundo ele, foi quando “embutiram de contrabando” o *triple bottom line* (TBL) – o que serviu como brecha para não discutir meio ambiente como se deveria. Isso porque este passou a visto apenas como um dos três pilares, e não como o sistema maior em que o econômico se insere.

Com essa base de comparação, Veiga qualifica-se hoje como um “otimista cauteloso”. E enumera pelo menos quatro razões. A primeira, por conta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que podem ser definidos para 2015. “Não porque serão implementados, mas porque vão provocar um debate mais focado que não havia desde 1992. “Nessa discussão, certamente aparecerá a questão econômica”, prevê.

A segunda, pela possibilidade de chamar a atenção de instituições como o Banco Mundial e o FMI para acelerar a suplantação do uso do PIB como principal métrica. A terceira, pela proposta de os países dobrarem a participação

das fontes renováveis no *mix* energético. E a quarta, pela ênfase em uma pauta até então ignorada, mas importantíssima, que é a questão dos oceanos. **(AS)**

CERTIFICAÇÃO II

“EMPRESAS BENFEITORAS”

Nem toda empresa tem na margem de lucro sua motivação principal. Em todo o mundo há centenas de negócios também preocupados em gerar benefícios sociais e ambientais em sua volta. Nos Estados Unidos, esses negócios despertaram a atenção de investidores preocupados em dar sua parcela de contribuição, mas pouco afeitos à filantropia.



A GENTE ADORA PASSAR DESPERCEBIDO PELO MENOS 400 MILHÕES DE VEZES POR DIA.

Produzimos mais de 150 bilhões de embalagens por ano em todo o mundo, para cerca de 2.000 importantes empresas de alimentos. Isso significa que ao menos 400 milhões de embalagens são consumidas em um dia, muitas delas em mesas de café da manhã. Cada uma das embalagens é desenhada especialmente para proteger os alimentos. E as pessoas nem percebem. Elas já têm certeza de que, dentro de cada embalagem, encontrarão exatamente o que esperam: um alimento saudável e protegido, seja qual for a marca escolhida. *Esse é o nosso trabalho. Esse é o Círculo da Proteção.*



A organização B-Lab foi criada para oferecer a esses investidores um padrão para reconhecer e avaliar essas “empresas benfeitoras” (*benefit corporations*). A B-Lab desenvolveu o Global Impact Investing Rating System (GIIRS), um sistema de avaliação que abrange cinco aspectos: responsabilidade corporativa, empregados, consumidores, comunidade e meio ambiente. O sistema oferece uma pontuação até 200, permitindo aos investidores analisarem o nível de impacto positivo das empresas.

A partir de 80 pontos, elas podem se candidatar à certificação B-Corp, um selo que serve para orientar também os consumidores. Mais de 500 empresas possuem a certificação B-Corp, mais de 90% delas nos Estados Unidos. A maioria são pequenas e médias empresas que, juntas, somam uma receita de US\$ 3,11

bilhões. Surgido em 2006, o movimento está em expansão pelo continente. No ano início deste ano, foi inaugurado no Chile o escritório do Sistema B, um braço da B-Corp na América Latina. Já existem empresas em avaliação também na Argentina e Colômbia, e a meta é certificar 500 negócios nos próximos três anos. Mais em sistemab.org e bcorporation.net. **POR GISELE NEULS**

[CERTIFICAÇÃO B] O BRASIL REPRESENTADO

A crescente economia do Brasil não está de fora desse movimento de expansão da certificação B-Corp. Com 80,8 pontos obtidos no GIIRS, a Ouro Verde Amazônia, do Grupo Orsa, é a primeira brasileira a receber um certificado. O diretor da empresa, Luis Fernando Laranja da Fonseca, conheceu a certificação em Nova York no ano

passado, quando participou de um evento do New Ventures – uma iniciativa de apoio a empreendedores ambientais do World Resources Institute (WRI).

A Ouro Verde produz e comercializa produtos feitos à base de castanha do Brasil. Como toda empresa, tem no lucro o seu combustível, mas sua preocupação com a conservação da floresta e a valorização dos coletores de castanha tem igual peso na gestão. Laranja diz que a certificação B-Corp se diferencia de outros selos de responsabilidade corporativa porque procura empresas para as quais o benefício socioambiental é tão importante quanto o sucesso do negócio. “É diferente de dizer ‘eu tenho um negócio e me preocupo com impactos que gero’. Nossa empresa é fundada no princípio de que o nosso negócio vai ajudar a sociedade sem abrir

mão do lucro”. Esse é o espírito das B-Corps. A iniciativa será apresentada durante a Conferência Ethos neste mês. **(GN)**

[RIO+20] A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

Durante a Rio+20, a representação empresarial será marcada por uma série de eventos que tem como objetivo propiciar a troca de experiências e a promoção de compromissos corporativos entre empresas localizadas nos quatro cantos do mundo. Da ampla agenda em pauta, merecem especial atenção as questões relacionadas à biodiversidade, aos serviços ecossistêmicos e ao capital natural. Nesse caso, destacam-se os esforços empreendidos pela Unep-FI, pelo Global Canopy Programme e pelo GVces – para engajar o setor financeiro por meio da iniciativa Natural Capital Declaration – e o Cambridge Programme for Sustainability Leadership, que, com a participação de vários atores do setor produtivo global, promove a gestão do capital natural no Pacto de Lideranças para o Capital Natural. Confira a agenda com alguns dos principais eventos empresariais:

- Evento coordenado pela Fiesp, Firjan, Fundação Roberto Marinho e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: entre os dias 11 e 22 de junho, no Forte de Copacabana
- Rio+20 Corporate Sustainability Forum, coordenado pelo Pacto Global das Nações Unidas e parceiros: entre os dias 15 e 18 de junho, no Windsor Barra Hotel
- Basd – Business Action for Sustainable Development, coordenado pelo World Business Council for Sustainable Development: entre os dias 20 e 22 de junho, no Windsor Barra Hotel
- Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável – coordenado pelo governo brasileiro para a participação da sociedade civil, incluindo-se as empresas: entre os dias 16 e 19 de junho, no Riocentro (*mais sobre os Diálogos em Entrevista à pág. 50*)

Além disso, os mais de 500 eventos paralelos que ocorrerão durante a reunião oficial, entre os dias 20 e 22 de junho, incluem a participação das empresas sob diversas formas, inclusive por meio de parcerias entre os vários atores da sociedade para o futuro que queremos construir. **POR BARBARA OLIVEIRA**

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO

O INCONSCIENTE NO COMANDO

Em um campus universitário, alunos de graduação são convidados a participar de um experimento, dando suas impressões sobre uma pessoa fictícia. No caminho para a sala de investigação, entretanto, a pesquisadora pedia para que segurassem por um brevíssimo instante seu copo de café enquanto ela anotava algumas informações.

O resultado confirmou as hipóteses de John Bargh e Lawrence Williams em artigo publicado em 2008 na revista *Science* (goo.gl/mdp5J): aqueles que seguraram um copo de café quente tenderam a associá-la a características positivas, como “afetuosa” e “confiável”, enquanto os que seguraram um copo de *iced coffee* tiveram uma opinião menos favorável.

Os pesquisadores utilizaram-se de um efeito chamado *priming*, no qual um estímulo prévio não registrado pela memória consciente afeta nossa percepção sobre experiências subsequentes. Nesse caso, a metáfora da temperatura havia sido transferida para traços de personalidade.

Popularizada por Freud e posteriormente relegada à “psicologia popular” nos anos 1970, a noção de inconsciente ressurgiu nos últimos anos, resgatada pela neurociência social, um campo interdisciplinar que estuda como os sistemas biológicos afetam nosso comportamento e processos sociais. Hoje ele é entendido como um mecanismo que nos permite, de maneira rápida e com muito pouco esforço, navegar pelo ambiente social — assim como a visão nos permite navegar pelo ambiente físico —, e que está no controle de algumas situações que antes julgávamos ser de domínio do nosso consciente.

Em artigo publicado em 2011 no *British Journal of Psychology* (goo.gl/uGgp3), Adrian North ofereceu a diversos voluntários um mesmo tipo de vinho, pedindo que fosse avaliado segundo algumas categorias. Quando tocava *Carmina Burana* na sala de degustação, o vinho era mais avaliado como “poderoso, pesado”, em comparação com “sutil, refinado” quando os voluntários o degustavam ao som de uma valsa de Tchaikovsky.

No recente *Subliminal: How Your Unconscious Mind Rules Your Behavior*, Leonard Mlodinow ilustra a influência do inconsciente sobre nossas decisões cotidianas com curiosos experimentos. Em um deles, o mesmo North observa que um supermercado registrava o dobro de vendas de vinhos alemães do que franceses nos dias em que uma típica música alemã tocava suavemente ao fundo, e o oposto nos dias em que tocava uma música francesa.

Em outro, uma entrevistadora abordava pessoas sobre uma ponte pedindo que preenchessem um questionário. Ao final, fornecia seu telefone em caso de “dúvidas”. Entrevistados sobre uma sólida ponte, a poucos metros de um pequeno riacho, 12,5% dos voluntários ligaram posteriormente para a entrevistadora. Entre aqueles entrevistados sobre uma ponte mais elevada e instável, metade ligou: a pulsação rápida e outros efeitos da descarga de adrenalina que tomava conta dos voluntários naquela ponte foram interpretados pelo cérebro como sinal de atração sexual.

Torçamos para que as boas propostas da Rio+20 sejam apresentadas enquanto os chefes de Estado degustam um cafezinho quente, e que as más propostas sejam regadas a mate gelado.



[DIREITOS INDÍGENAS]

Carta contra a exploração

No fim de abril, a empresa Georadar iniciou as buscas por reservas de gás natural e petróleo no Vale do Juruá, no Acre. A população indígena da região, no entanto, desaprovou a novidade. Eles publicaram uma carta apontando que seus direitos estão ameaçados e que não foram ouvidos antes do início dos estudos.

O documento é assinado por representantes de nove povos, quatro associações e 12 terras indígenas (TI) e é dirigido à Agência Nacional de Petróleo (ANP), ao Governo do Estado do Acre e à Georadar. Como base de defesa, estão trechos da Constituição Federal que reconhecem aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. A pesquisa e a exploração de recursos hídricos nessas áreas, incluindo os potenciais energéticos, só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional e depois de as comunidades serem consultadas.

Parte do processo dos estudos de prospecção será feito com perfurações de quatro metros de profundidade no solo. Lá serão colocados explosivos que emitem ondas sísmicas e mostram locais com potencial de exploração. Segundo a carta, o mapa da Georadar mostra que essas ondas sísmicas estarão próximas às Terras Indígenas Campinas-Katukina, Poyanawa, Jaminawa do Igarapé Preto, Arara do Igarapé Humaitá e ao Parque Nacional da Serra do Divisor. Isso poderá gerar “impactos ambientais, sociais e culturais, diretos e indiretos, nos territórios, nas populações indígenas e populações tradicionais”, afirmam.

Os signatários também estão preocupados com os cerca de 400 trabalhadores que deverão chegar à região. Os forasteiros devem aumentar a demanda por recursos naturais, a geração de resíduos e ameaçam a limpeza dos rios. Diante de tantos problemas, eles reivindicam o fortalecimento das formas de representação dos povos indígenas, além de benefícios sociais, como a implantação de mais projetos de saúde e educação. Leia no site de PÁGINA22 a íntegra da carta. **POR THAÍS HERRERO**



DORA DIAS

PRATA DA CASA

Olhares pelo Rio

Convocada duas décadas após a Rio 92 – um divisor de águas nas relações internacionais envolvendo ambiente e desenvolvimento –, a Rio+20 atrai a atenção de olhares do mundo todo. A Cidade Maravilhosa será invadida por políticos, diplomatas, pesquisadores, empresários, ambientalistas e todo tipo de gente interessada em debater os rumos do mundo e do desenvolvimento sustentável. O que enxergamos com essa coalizão de pessoas, sentidos e ideias reunidos em um mesmo lugar por uma mesma causa?

PÁGINA22 preparou uma cobertura especial para a Conferência da ONU.

Em parceria com o Instituto Democracia e Sustentabilidade e o Observatório de Favelas, publicaremos diariamente em nosso site uma documentação visual da atmosfera do Rio durante a Conferência, registrada pelo time de fotógrafos da Agência Escola Imagens do Povo ([acesse em imagensdopovo.org.br](http://acesse.em.imagensdopovo.org.br)).

A agência é formada por moradores de comunidades cariocas que recebem cursos profissionalizantes em fotografia de nomes experientes da área, como João Roberto Ripper. Para esses alunos, a fotografia é mais que documento de informação. É arte e ferramenta para trabalhar com os direitos humanos. O projeto já expôs em locais como o Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro e a Canning House, em Londres. Também já foram premiados, por exemplo, pelo Prêmio Cultura Nota 10, da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, em 2004.

Confira as fotos da Agência Escola Imagens do Povo feitas na Rio+20 em fgv.br/ces/pagina22.



LEO LIMA

No site ofuturoquequeremos.org é possível publicar fotos, vídeos e textos que incentivam o compartilhamento de ideias. Também há uma versão global, em inglês, no futurewewant.org. É uma forma de aproximar a população da Rio+20 e das decisões que serão tomadas durante o mês de junho, no Brasil. O conteúdo será compilado em uma exposição na Cúpula dos Povos e um manifesto global assinado por “nós” será apresentado aos líderes mundiais durante a Conferência. O site, no entanto, receberá as sugestões até o fim do ano.

ANTENAS LIGADAS

O que não falta é gente a

procura de informações sobre a Conferência da ONU. Desde que foi ao ar, o Radar+20 (radarrio20.org.br) é um site essencial para quem quer saber de tudo sobre o evento.

A seção de notícias é atualizada todos os dias com as principais matérias da mídia brasileira sobre o assunto. O arquivo de contextualização é digno de livro de História. Traz a linha do tempo das discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável entre as nações. E, para quem chega cru ao debate, nada de pânico. Há uma explicação dos conceitos de economia verde e governança, destaque na pauta da Conferência.

VALE O CLICK TUDO ON-LINE

O portal agendatotal.org foi feito para compilar todas as atividades e conteúdos que estão ocorrendo no Rio de Janeiro em junho. Funciona por autogestão dos grupos e usuários das agendas oficial da ONU e das paralelas. Além dos eventos, há notícias, chats, enquetes e uma área que funciona bem para jornalistas, em que é possível conferir postagens de documentos, vídeos, fotos, videoconferências e reuniões on-line.

PARA ESTUDAR

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP lançou um portal que reúne teses e dissertações de mestrado e doutorado relacionadas aos temas que serão tratados durante a Rio+20 (em prpg.usp.br/usprio). Lá estão cerca de 1.300 trabalhos defendidos na instituição desde 1992, ano da Cúpula da Terra, ou Rio-92, que consagrou o debate do desenvolvimento sustentável no mundo.

PARTICIPAÇÃO

O portal [Diálogos da Rio+20 \(em riodialogues.org\)](http://diálogosdaRio20.org) é um fórum on-line e canal de participação da sociedade civil na Rio+20. O site abriga dez grupos de discussão sobre os temas da conferência Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Entre eles estão: oceanos, segurança alimentar e desemprego. O internauta cria seu perfil, assim como em uma rede social, e participa dos grupos que quiser, fazendo e avaliando propostas. As três mais votadas serão levadas aos chefes de Estado na conferência oficial da ONU.

Viagens sonoras

Palavrear a música talvez seja menos difícil do que imediatamente colocar séries de imagens justapostas ao que você está ouvindo. Em uma era tão imagética e acelerada como a nossa, o ouvido, coitado, além de bombardeado por buzinas, obras e outros ruídos urbanos, anda destreinado.

Como será então ouvir um documentário musical? Entrar no fluxo sonoro e prazeroso de uma viagem sonora, sem que os outros sentidos, mais tirânicos, tentem atropelar a audição? Esta é uma das propostas do grupo Abstrai Ensemble, que reúne 11 músicos residentes no Rio de Janeiro (foto).

O grupo interpreta obras dos séculos XX e XXI para formações instrumentais diversas e que conjugam o uso de instrumentos tradicionais a novas tecnologias.

Durante 12 minutos você atravessa um rio com todas suas intempéries, imensidão, trancos, zum-zum-zum de gente que entra e sai do barco na peça de Alexandre Fenerich, *Ser como um rio que defluiu* (2006).

Rocabela City é a dramática história



FELIPE VARANDA

de uma cidade em que as pessoas se relacionam, se comunicam e terminam por devorar-se mutuamente. Neste intrincado texto musical, as sensações são múltiplas. O autor é Marcelo Carneiro.

Quase ao final do concerto, uma peça

sugere inícios de músicas que não se desenvolvem, numa colagem surpreendente, provocando um vaivém que cada um entende como pode. *Intrações* é de 2009, criação de Guilherme Carvalho. Acompanhe a agenda do Abstrai Ensemble aqui: abstrai.com.

ANDORINHAS

Simone, Gerenilza, Dorothea, Roseli e Bétissa são as mulheres prostitutas retratadas pela fotógrafa Nana Moraes, em *Andorinhas*, um trabalho intenso de mergulho em um universo, em geral, cercado de interpretações rápidas e rasteiras.

Nana faz retratos em textos e fotos capturadas por uma câmera Leica M7, uma lente 50 mm e filmes em preto e branco. O cenário é a Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

Recolheu algumas imagens em que mescla pintura e fotografia. O resultado é belo, real e de uma intimidade respeitosa e algo desconcertante. O trabalho primoroso se insere na tradição dos fotógrafos humanistas como

Robert Doisneau e Cartier-Bresson, diz o prefácio de Walter Salles. “Como esses mestres, seu olhar ajuda a entender melhor o mundo que nos cerca.”

Nana Moraes nasceu em 1963, no Rio de Janeiro. É formada em Jornalismo pela PUC de São Paulo. Foi seis vezes vencedora do Prêmio Abril de Jornalismo – a última em 2010 – e premiada pela Associação Brasileira de Propaganda como “Destaque Profissional/Fotografia”, em 2007.



ANDORINHAS

LEVA E MANO BROWN

Os Racionais gravaram o novo clipe da música “Marighella” na Ocupação Mauá, no Centro de São Paulo. Mano Brown disse que a causa dos sem-teto é de todos os que não aceitam as políticas aí existentes, que forcem essas pessoas a morar longe, onde o poder entende que devem ficar, para dar lugar a shoppings e outros equipamentos do consumo.

A contundente entrevista do líder do grupo e de representantes do movimento dos sem-teto podem ser vistas em bit.ly/KEyCil.

É uma boa oportunidade para assistir ao documentário *Leva*, realizado em 2001 com o apoio do Canal Futura e agora disponível na íntegra no YouTube: busque “Leva (Documentário HD)”

O filme acompanha a vida de moradores da ocupação e revela a organização de siglas que se unem para transformar os espaços abandonados em habitáveis. A estruturação do edifício pelos movimentos de luta por moradia vai refletir na reorganização e redescoberta das pessoas como indivíduos por meio do coletivo.

“Os grupos são vistos de forma distorcida pela sociedade. Esse documentário rebate todas estas visões e mostra a força que os movimentos de moradia representam em busca de direitos”, diz Raquel Rolnik, urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada.

Boa vizinhança

Competição entre condomínios agita moradores com uma atraente campanha de economia de água **POR THAÍS HERRERO**

Sempre existe gente espiando a vida do vizinho. Só que algumas pessoas na cidade de São Paulo estão, agora, mais interessadas em saber o tempo que ele leva para fazer a barba do que se está de namorada nova. Pelo menos é assim para os participantes da “Disputa de Condomínios” que premiará o conjunto residencial que economizar a maior quantidade de água durante junho e julho.

A competição, fruto de parceria entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a agência Sagarana Comunicação, começou entre 15 condomínios no bairro de Moema, na Zona Sul paulistana. No total, serão três mil pessoas imbuídas da tarefa de fechar as torneiras. Há expectativa de ampliar a iniciativa para outros bairros em breve.

O objetivo da campanha é promover a reeducação de velhos hábitos de consumo de água, sem que isso pareça uma obrigação ou imposição. Criar uma competição foi uma saída criativa para fugir do discurso simplista “feche a torneira para escovar os dentes”, que todos já ouviram ao menos uma vez na vida. “Um jogo envolvendo vizinhos que às vezes nem se conhecem cria expectativa e um clima de competição saudável. E vai impactar de forma positiva para todos. Quem não gosta de jogar e ganhar?”, diz Guilherme Stella, sócio-diretor da Sagarana.

Unir todo o condomínio é importante, principalmente naqueles em que a conta de água é coletiva. Quem mora sozinho paga o mesmo valor que uma casa de cinco pessoas na maioria dos prédios hoje de São Paulo. “As pessoas não percebem o valor da água, tanto em termos econômicos quanto de consumo. Isso gera a sensação de que, se só você economizar, será em vão”, explica Marcelo Morgado, assessor de meio ambiente da presidência da Sabesp.

Para alcançar esse nível de mobilização, a primeira etapa da gincana reúne todos os “jogadores” – de moradores a funcionários – em uma série de palestras. Cada um recebe também uma cartilha [1] com informações



e dicas direcionadas a cada tipo de rotina. Para os zeladores, por exemplo, é explicado como detectar vazamentos nas tubulações. Trabalhadores domésticos são incentivados a usar a água da máquina de lavar roupas na limpeza do chão. Essas lavadoras trazem praticidade para a vida, mas são um exemplo do alto consumo de água. Uma máquina com capacidade de 5 quilos precisa de 135 litros de água por lavagem. Se for usada todos os dias, são quase mil litros no fim de uma semana. Nesse caso, a dica é lotar ao máximo a máquina e tentar usá-la três vezes por semana.

Durante os meses de junho e julho será feita a medição do consumo para comparação com os valores do mesmo período em 2011. A leitura será *per capita*, para ser justo para todos. O condomínio vencedor vai ganhar a instalação de kits com torneiras, chuveiros e descargas com tecnologias que reduzem em até 50% a necessidade de consumo de água. Os organizadores da competição acreditam que essa será uma forma estimular ainda mais o uso racional da água, além de premiar a “equipe” que compreendeu o valor do recurso hídrico.

A campanha não quer promover a economia da água simplesmente, mas, sim, a racionalização do consumo de forma consciente. “Ao ouvir que deve economizar, o consumidor entende como algo negativo, de privação. E usar menos água não significa abrir mão dos hábitos de higiene”, diz Stella.

Colocar na disputa três mil pessoas em uma cidade com mais de 11 milhões de habitantes é uma gota nos reservatórios urbanos, mas tem efeito significativo: 85%

da água consumida na Região Metropolitana de São Paulo é de uso doméstico. E cada cidadão empenhado em combater o desperdício representa um ganho que faz a diferença quando somados os esforços.

Uma pessoa que troca o tempo de banho de 15 para 5 minutos deixa de gastar 160 litros de água por banho. Em um ano, são 120 mil litros a menos, que representam uma redução na conta em R\$ 167. Se isso for feito por 50 mil pessoas em uma cidade de 100 mil habitantes ao longo de um ano, a água economizada seria suficiente para abastecer a cidade toda por sete meses.

Apesar do senso comum de que o Brasil é um país abundante em recursos hídricos, a média de água disponível na Região Metropolitana de São Paulo é de 200 metros cúbicos por ano para cada habitante, o equivalente a 20 caminhões-pipa. É menor do que o recomendado pela ONU, de 2.500 metros cúbicos, ou 250 caminhões-pipas. “É preciso acabar com a cultura de água sobrando, de limpar calçada com a água da mangueira, por exemplo. Nos países desenvolvidos, só se limpa a calçada com a vassoura e não jogando água. Isso, aliás, é um problema para os bueiros, que entopem”, diz Morgado.

Hoje, 55% da água que abastece a cidade vêm do Sistema Cantareira, no interior do Estado, ao norte da região metropolitana. Isso requer uma logística de transporte e distribuição complexa e cara. O uso racional da água é importante para que a viagem do recurso, os gastos energéticos e os custos financeiros não tenham sido em vão. [2]



TRANSPARÊNCIA PARA NÓS É MAIS QUE COMPARTILHAR RESULTADOS É ASSUMIR COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

RELATÓRIO ÚNICO 2011 ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE

REDUZIR EM **50%**
A DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS



MELHORAR A EFICIÊNCIA
ENERGÉTICA EM **5%**



INCORPORAR AO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO OS **RESULTADOS DA
CONSULTA AOS STAKEHOLDERS**



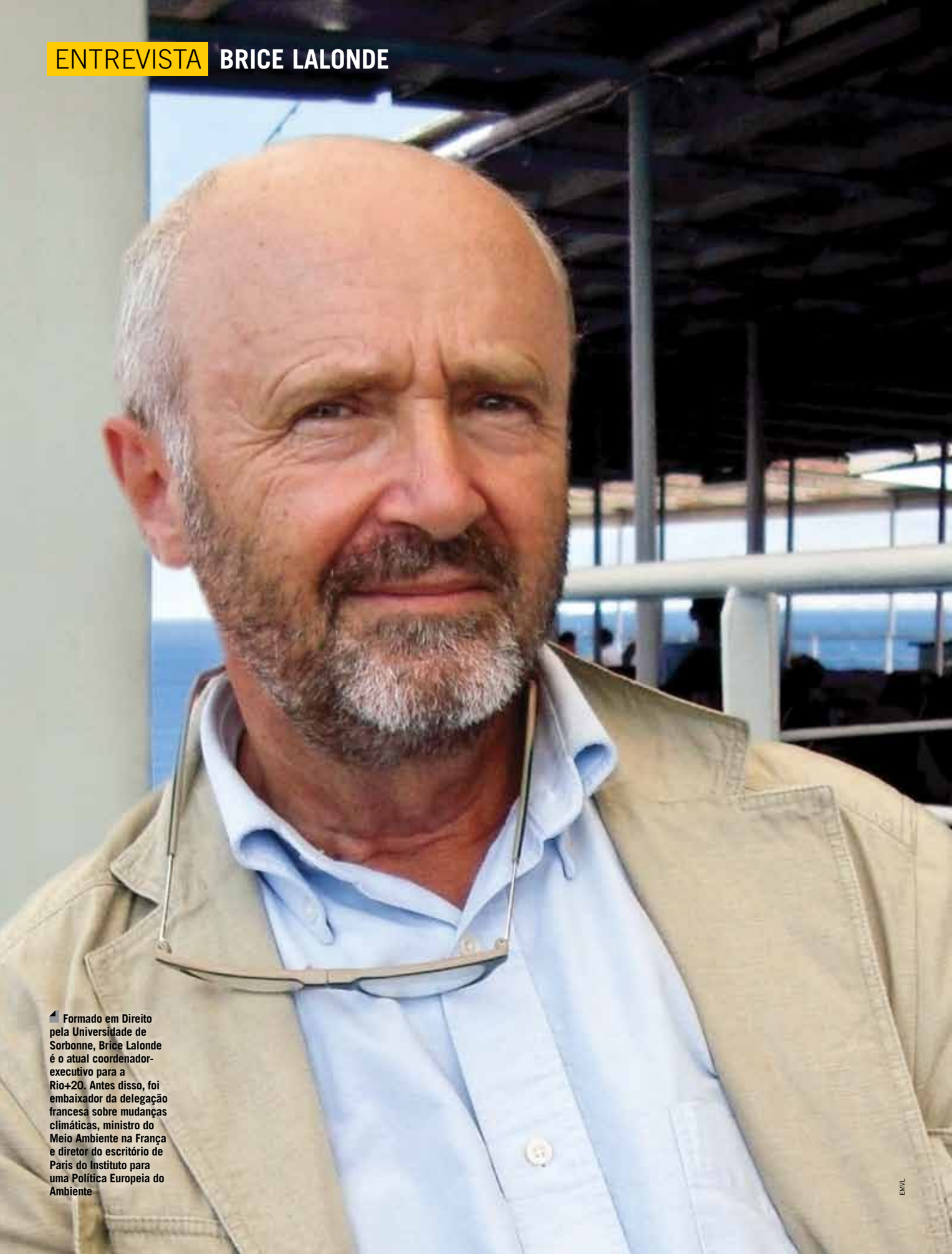
TER **80%** DOS CARGOS
DE LIDERANÇA PREENCHIDOS POR
APROVEITAMENTO INTERNO



Acesse o primeiro Relatório Único Votorantim em www.votorantim.com/relatorios e conheça estas e outras metas definidas até 2020, os 9 temas materiais prioritários da Votorantim e o que foi feito em 2011.



[1] As cartilhas podem ser baixadas no hotsite da campanha, disputadecondominios.com.br



Formado em Direito pela Universidade de Sorbonne, Brice Lalonde é o atual coordenador-executivo para a Rio+20. Antes disso, foi embaixador da delegação francesa sobre mudanças climáticas, ministro do Meio Ambiente na França e diretor do escritório de Paris do Instituto para uma Política Europeia do Ambiente

Dias melhores virão?

POR LETICIA FREIRE COLABOROU THAÍS HERRERO

O “bom-dia” dito em português pelo coordenador da Rio+20 e ex-ministro do Ambiente na França **Brice Lalonde** quebra o gelo inicial da entrevista. Dias bons, de preferência bem melhores, é um pouco o que se espera da Conferência. Mas não só. Lalonde tem a missão de fazer com que temas espinhosos como economia verde, governança global e erradicação da pobreza encontrem consenso entre as vozes dos indignados, céticos, governos e Major Groups.

Mesmo em meio às tensões, ele vê boas chances de sucesso para as negociações, alertando, contudo, que as mudanças são lentas e fundamentalmente locais. “É um erro acreditar que as ações começam de fato nas conferências. As ações começam a ser tomadas nos níveis nacionais e nas esferas locais após esses encontros, quando aplicamos o que foi discutido.” Sobre governança, afirma: “A ONU é uma instituição fundamental, mas precisa mudar sua própria ideia como organização”.

Boa parte da sociedade civil organizada no Brasil está insatisfeita com a forma pela qual foi aberta a sua participação na esfera oficial da Rio+20. Qual a sua avaliação sobre isso? De que forma a participação da sociedade civil deveria ser fortalecida na Conferência?

Trata-se de um processo em andamento, porque, antes de 1992, a sociedade civil não tinha voz em nenhuma esfera de negociação entre governos. E desde lá se percebe um grande progresso, uma abertura nessas conferências, que também ficaram mais transparentes. Em 1992, os Major Groups foram criados para que a sociedade civil tivesse voz ativa nos processos de negociações da ONU [A Agenda 21 formalizou nove grupos como categorias principais: negócios e indústria, crianças e jovens, agricultores, povos nativos, autoridades locais, ONGs, comunidade científica e tecnológica, mulheres, e trabalhadores e sindicatos].

A Rio+20 está ainda mais aberta para eles e, mesmo que a negociação já tenha começado, a sociedade civil é inserida na Conferência e pode passar suas mensagens e seus insumos. Além disso, o governo brasileiro passa

por um momento de inovações, expandindo as discussões para o universo da internet, destacando 10 temas principais que devem resultar em recomendações que serão levadas para a Conferência.

É claro que é sempre um trabalho em processo. Como podemos inventar novas conferências e como podem os países criar novas formas de dar participação à sociedade civil? Estamos nos movendo nessa direção. Não tão rápido quando desejamos, mas já tivemos progressos. Aliás, a sociedade civil pode ser ouvida até mesmo fora das conferências.

Então o processo está sendo efetivado pela internet e pelo suporte de tecnologias que nós temos hoje.

Sim, e isso ajuda muito no conjunto. A situação dos nove Major Groups pode não ser perfeita, mas já é um primeiro passo. E não só sociedade civil, mas os governos locais, as cidades e os negócios estão mais envolvidos dentro da ONU. Isso é importante para que essas parcerias resultem na construção de objetivos concretos.

Mas a insatisfação da sociedade civil parece mostrar o contrário. E o sentimento é tão forte que muitas organizações foram orientadas a boicotar a conferência oficial. Em sua opinião, que prejuízos isso traz para o resultado da Rio+20 e para os avanços na agenda de transformação da sociedade?

Tudo isso é lamentável. Organizações e cidadãos querem participar do processo e isso será inevitável. Todas as conferências são passíveis de crítica e isso não é um problema. Mas é um erro acreditar que as ações começam de fato nas conferências. As ações começam a ser tomadas nos níveis nacionais e nas esferas locais após esses encontros, quando aplicamos o que foi discutido. Não se deve esperar que um evento em que 193 países negociam juntos mude o mundo de uma hora para outra. É apenas a ponta de um extenso processo.

Conferências são importantes porque fazem parte de um caminho, mas, sozinhas, não são nada. Nem será o principal elemento de mudanças na sociedade e na economia. Então, o que eu posso dizer? Se esses grupos não querem participar, tudo bem... todo mundo é livre! (*risos*)

Há ainda muito desentendimento sobre um dos temas centrais da Conferência, que é a economia verde. A expressão é entendida de variadas formas e, para boa parte da sociedade civil, a leitura é que se trata de pintar de verde o *business as usual*, com objetivo de perpetuá-lo como está. Outras vozes mais radicais entendem que, por trás do conceito economia verde, está a intenção de “mercantilização da vida”. Sem que haja – em primeiro lugar – um mínimo consenso sobre a definição de economia verde e – em segundo lugar – um mínimo acordo sobre economia verde, o que se pode esperar da Rio+20?

Desentendimentos e discussões são parte da vida e fundamentais em um debate público, em que as pessoas precisam entender os argumentos de todos os lados e o que está em jogo. Em meu ponto de vista, a economia verde é inevitável. Não sei nem se posso chamar isso de economia, mas sei que não haverá nenhuma economia se destruímos a natureza. Acredito que, como diz o Ban Ki-moon (*secretário-geral da ONU*), isso é o descobrimento de que o capital humano e natural é tão importante quanto o capital financeiro. Ou é até mais importante. Então, a ideia (*da Rio+20*) é entrarmos em uma economia verde e darmos um novo passo na história da humanidade.

Na Conferência está toda essa discussão estrutural que envolve ecologia, como você insere o capital natural na economia nacional e como atribui valor aos serviços ecossistêmicos. Todos as ferramentas para implementar a economia verde. Tudo isso tem de ser feito e temos que evitar o *greenwashing*. No final, trazer o desenvolvimento para uma sociedade é uma batalha. E os consumidores também devem lutar. A internet ajuda nisso. É na rede que se pode expor a verdade sobre as organizações que estão praticando *greenwashing*. Hoje é fácil descobrir. (*leia mais na reportagem “Caiu na rede”, edição 63*)

Faltou uma costura prévia, uma preparação, para se buscar um mínimo entendimento antes que a Rio+20 tivesse início? Ou estamos no momento certo para discutir o desenvolvimento sustentável?

Todas essas discussões começaram em Estocolmo, em 1972, e foram retomadas em 1992, no Rio de Janeiro, e em Johannesburgo (*na Rio+10, em 2002*). Vê-se que as discussões são permanentes. Essas reuniões internacionais servem para renovar esses debates e dizer: “Ei,

líderes, não se esqueçam disso”. O problema é que políticos, líderes e empresários têm uma agenda de curto prazo. É por isso que, diante de uma crise econômica, as pessoas estão concentradas no que é de curto prazo. Precisamos insistir em que as conferências abordem um debate sobre os próximos 20 anos. Como cada país pode trabalhar melhor para lidar com problemas tão importantes, em áreas tão primordiais? E como trabalhar juntos? Esses problemas vão se tornar mais e mais evidentes nos próximos 20 anos.

Claro que eu preferiria que a Rio+20 tivesse sido organizada muito antes. Só que o mais importante não é o que vai acontecer durante o encontro da Rio+20, e, sim, na Rio+21, +22, +23, +24 e em cada ano seguinte a ela. Para o futuro, precisamos saber como implementar tudo o que foi discutido na Rio+20 e como aplicar os objetivos discutidos. Precisaremos de pelo menos três anos para passar esses objetivos da teoria à prática e entrarmos em um acordo.

Estabelecer a economia como ponto central da Rio+20 é uma forma de instrumentalizar as transformações necessárias, e tornar toda a discussão mais palpável. Mas, para isso, precisaremos de ferramentas novas e novas conformações sociais e econômicas. Podemos dizer que as críticas se devem ao fato de a sociedade aspirar urgentemente por mudanças e não aguentar mais o discurso e a prática que o *mainstream* ainda usa?

(*Silêncio*) Hum...

A pergunta é difícil?

A pergunta não é difícil. Difícil é a resposta. Eu sempre tendo às minhas crenças pessoais em casos assim. Se eu fosse o coordenador, eu diria que vamos discutir a “caixa de ferramentas” que nos foi dada como saída. Vamos pegar o que sair de lá (*definições oficiais da Rio+20*), colocar em perspectiva e exemplificar as diferentes ferramentas, se elas têm uso, se são sustentáveis e ver como legitimá-las em cada país.

Temos é que dar um salto quântico! (*risos*). Temos de saltar de uma situação em que cada país olha o que pode fazer sozinho para um cenário em que todos os países olhem juntos o que fazer. Ainda não enxergamos a humanidade ou o planeta como um todo. Vemos separadamente cada povo, cada diferente país, cada cidade e tentamos juntá-los e ter políticas comuns. Precisamos inventar algo completamente novo, em uma escala humana ou planetária. Temos que discutir isso seriamente e temos a Rio+20 para isso.

A economia pode, então, voltar à condição de ciência humana? Ou seja, ser uma ferramenta a serviço das pessoas?

Ninguém questiona a importância da economia para a humanidade. Ela está relacionada ao ser humano e trata de transformações sociais, seja sobre transformar matérias-primas em serviços, em trabalho, seja em produtos. Economia é adicionar valor a tudo que existe e, se você não tem economia, não tem empregos, não tem fontes de renda.

A questão hoje é inventar uma nova economia mais voltada para o bem-estar, a melhora da situação do planeta, dos indivíduos e da segurança social, em vez de apenas alimentar os lucros. Economia também é parte da democracia, ajudando-nos a ter as melhores ferramentas de certificação, informações sobre os produtos, sobre como são produzidos... Enfim, discutimos não só todas essas diferentes

Não estamos unidos, e, sim, preocupados com nossa situação particular

ferramentas que estão lentamente chegando e mudando o mundo, mas também como organizar uma cadeia de comércio justo, ético, participativo. Tudo isso é importante e temos de concordar sobre isso.

Mas o senhor acredita que o Primeiro Mundo, que cunhou o termo *green economy* e foi o berço do ambientalismo, estará mais aberto para, eventualmente, deixar de buscar o crescimento e com isso dar espaço ecológico para que os países pobres e emergentes possam crescer e atingir padrões mais sustentáveis em suas economias?

Esse é um pensamento ideológico e simplista. O mundo está mais complexo e cheio de nuances. E está mudando para melhor. A geopolítica atual é diferente de lugar para lugar. Países como Brasil, Índia e China estão se tornando superpotências mesmo com altos índices de pobreza. Várias nações consideradas pobres estão crescendo muito rápido, como Colômbia, Cingapura, Tailândia e Coreia do Sul. Há pessoas riquíssimas nos países em desenvolvimento. Na lista dos maiores bilionários, muitos são chineses!

Ao mesmo tempo, se você for até a Europa encontrará vários jovens preocupados com a África, por exemplo. E eles vão até o continente ajudar as pessoas a viver melhor. Claro que há também o egoísmo de países que parecem não se preocupar com essas questões e isso tem que mudar, claro. Mas eu não restringiria isso a uma ideia de “Primeiro Mundo contra o resto do mundo”.

Hoje, as pessoas se conectam por meio das redes sociais e as telecomunicações são cada vez mais importantes. O mundo está mudando na nossa frente e não podemos ficar presos a uma situação do século XX. Estamos no século XXI. Precisamos é batalhar por mais igualdade e mais justiça.

O significado da Rio+20 deveria ser: se o mundo fosse um só país, nós aceitaríamos a qualidade de vida que temos? Aceitaríamos que nossas terras sejam destruídas, poluídas ou superexploradas? Não, não aceitaríamos. Estamos chegando a uma situação em que precisamos de um cooperativismo internacional na luta pelo desenvolvimento e fim da pobreza. Teremos que encontrar novas fontes de financiamento, criar algo como impostos internacionais e não apenas ações voluntárias.

Considerando-se esse pensamento de “um planeta como um único país”, quais são os maiores entraves aos acordos internacionais no campo da sustentabilidade?

As distâncias, as vontades políticas de cada um, a imaginação, o egoísmo e os meios de implementação, que têm lacunas. Além

disso, as pessoas têm medo do futuro. Medo de entender o que acontecerá se não pudermos mais usar carvão, por exemplo. Se hoje dependemos de carvão e alguém me diz que devo usar energia solar, como faço isso? É possível?

E há uma competição internacional. Não estamos realmente unidos, e, sim, apenas preocupados com nossa situação particular. Outro problema é a liderança, que deve ser mais ativa. Um líder do bem, que se preocupe com o desenvolvimento do mundo enquanto um só país, não será reeleito por suas boas intenções.

Muito já se falou nos últimos meses sobre a falta de foco da Rio+20, seja de ambição, de engajamento, seja até de interesse das pessoas, das empresas e dos governantes. O senhor mesmo já teceu algumas dessas críticas em entrevistas anteriores. Como coordenador-executivo, o que está a seu alcance para fazer da Rio+20 uma conferência bem-sucedida?

Você tem de acreditar no futuro e nos políticos que elege. Se temos 7 bilhões de pessoas na Terra hoje, e teremos 9 bilhões em 20 anos, como combater a pobreza, ter vida e empregos decentes sem destruir os recursos naturais? Esse é o foco principal da Rio+20. E não estou criticando, estou apenas impaciente.


Para a Rio+20 ser bem-sucedida, decisões têm de ser tomadas e resultados têm de ser apresentados. Principalmente nas questões da água, de energia e das instituições que impactam e reforçam a importância do meio ambiente no Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Temos de chegar a denominadores comuns em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para que eles beneficiem todas as nações, todos os seres humanos. Esses serão os objetivos para alcançarmos nos próximos 20 anos um meio de vida decente e não destrutivo. E temos de nos concentrar não apenas no objetivo final, mas também em todo o processo para chegarmos lá.

Então, se pudermos estabelecer esses alvos e nos comprometer a alcançá-los, a Conferência será bem-sucedida?

Sem dúvida. Se conseguirmos nos reunir em torno desses objetivos, conseguiremos trabalhar por eles. Envolveríamos organizações, parcerias, ONGs, pessoas de todos os tipos, cidades, negócios em torno disso. Temos tantas coisas a serem feitas que é importante definir as prioridades e organizar o trabalho das pessoas para alcançá-las.

Uma das pautas da Rio+20 é a governança global, que inclui uma alteração no quadro administrativo da própria ONU, criando ou elegendo um de seus organismos laterais como um órgão especial para o desenvolvimento sustentável, como a Organização Mundial do Comércio ou da Saúde. A ONU está preparada para uma mudança desse nível?

A ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto traumático, porém reflexivo, da humanidade. É uma instituição fundamental, mas precisa mudar sua própria ideia como organização e suas unidades pelo mundo precisam auxiliar nisso. Tem de haver uma mudança não apenas nessa futura “Organização do Desenvolvimento Sustentável”, mas também no Conselho de Segurança, que teria de concordar com esse órgão. Não é um processo fácil, mas certamente tem de ser feito. Não há por que não estarmos prontos para mudar. 

[ARTIGO]

Entre o **piso** social e o **teto** ambiental | É no intervalo entre as necessidades mínimas e os limites da natureza que precisamos construir nossa prosperidade. Cabe à economia servir de instrumento para gerir esse espaço **POR ARON BELINKY***

Independente do resultado oficial da Rio+20, uma coisa já é certa: reviramos a agenda da sustentabilidade, estabelecemos uma enormidade de conexões e colocamos novas ou renovadas perspectivas sobre questões vitais para o nosso futuro próximo. Entre estas, a discussão sobre o papel da economia na construção da sustentabilidade tem destaque especial, tanto pelas polêmicas sobre a “economia verde” quanto pelo assanhamento geral dos apetites financeiros.

Em meio a tanto ruído, o assessorio quase toma o lugar do principal, e nos vemos debatendo imagens borradas, em vez de nos voltar para o substantivo.

Há uma turma que, ofuscada pelo brilho verde das novas oportunidades de negócio, embarca sem a menor crítica na promessa de uma festa em que haveria lugar para todos, do catador ao político, do consultor ao magnata. Entusiastas do “*business as usual* incrementado” comemoram que será dado o devido valor às suas inovações (reais ou só aparentes). Que afluirão às gôndolas milhões de consumidores, ávidos por purgar suas consciências consumistas comprando produtos “sustentáveis”. Que aportarão nas bolsas de valores os bilionários investidores, órfãos da crise do *subprime* e aflitos por novos mares para ancorar seus ativos sem lastro.

Já no bloco do “não à economia verde” estão os que elegeram essa imagem como materialização do capitalismo, astuto e perverso, prestes a abocanhar mais um naco do Universo, mercantilizando e privatizando os bens comuns ofertados pela natureza, como a água, a atmosfera e a biodiversidade. Outros – inclusive setores do capitalismo e do populismo – a veem como ardid tramado pelos ricos países do Norte que, em um golpe magistral, usam o “pretexto ambiental” para perpetuar a posição subalterna dos países do Sul, condenados eternamente a vender commodities, mão de obra barata e, agora, também serviços ambientais. Para isso, seríamos compelidos a comprar

tecnologias do Norte, financiadas sob a capa da cooperação internacional e servindo como vetor para um novo ciclo de endividamento, com a devida extração de juros e *royalties*.

O mundo é mesmo cheio de oportunidades e maldades. É justo o empreendedor buscar negócios, como é legítimo e necessário manter a crítica a falsas soluções e armadilhas. O problema é jogar tudo isso em um rótulo borrado. A esta altura, está claro que não faz sentido debater “economia verde” como um conceito científico ou um projeto socioeconômico. O termo pode servir como etiqueta para simplificar discursos e catalisar propostas, mas o que interessa mesmo é saber como faremos para que a economia – de qualquer cor – trabalhe para as pessoas, e não para fazer as pessoas servirem aos mercados. Como fazer com que a prosperidade global seja construída respeitando, de um lado, o “piso social” e, de outro, o “teto ambiental”?

E aqui chegamos na rosquinha (ou *donut*, para quem prefira). Refiro-me à proposta trazida pela Oxfam ao debate da Rio+20. Em uma feliz combinação de consistência com simplicidade e bom humor, a pesquisadora Kate Raworth usa a figura de um gráfico tipo



No exemplo proposto pela Oxfam, o teto ambiental é medido conforme estudo do Stockholm Resilience Center, e o piso social, com métricas para temas destacados no processo de consulta da Rio+20. Mas o convite é para que as métricas, respeitando uma lógica geral, variem conforme a realidade de cada situação

donut para representar o que seria o “espaço seguro e justo para a humanidade”, a partir do reconhecimento de dois limites fundamentais.

De um lado, nosso projeto de civilização: o imperativo ético (e pragmático) de satisfazer os direitos humanos, não deixando em privação (e revolta) nossos concidadãos globais. De outro, o planeta em que vivemos, naturalmente limitado em sua capacidade para nos prover recursos e serviços essenciais à vida.

É no intervalo entre esses dois limites que precisamos construir nossa prosperidade. E esse deve ser o papel da economia: mobilizar, aproveitar e distribuir recursos – dentro desses limites. Mas como saber se estamos ficando aquém do necessário social ou indo além do **possível ambiental** [1]? É nesse ponto que a rosquinha vira bússola: um diagrama com indicadores e métricas que nos permitam tangibilizar e gerenciar os limites a que estamos sujeitos [1].

Que a saída de nossa crise civilizacional envolve a economia, não há dúvida, pois não temos outro instrumento para atingir a escala e o volume de transformação necessários, no curto tempo de que dispomos. Mas não uma economia alucinada e sem fronteiras, que nos levou às bolhas especulativas, à crise global e à hiperconcentração, com suas trágicas mazelas. Seria um desastre uma nova onda especulativa global, à base de “bônus da água”, “debêntures do clima”, “derivativos da biodiversidade” e outras insanidades.

Disso, não precisamos. Mas, sim, de uma economia que reconheça o valor da natureza. De mecanismos para medir o quão distantes estamos dos limites sociais e ambientais e que, combinados com uma governança efetiva e democrática, promovam a prosperidade e o bem-viver, no espaço potencialmente seguro e justo de que dispomos. [1]

* COORDENADOR DE PROCESSOS INTERNACIONAIS DO INSTITUTO VITAE CIVILIS

[1] Veja mais sobre esta proposta em: vitaecivilis.org/rosquinha e em oxfam.org/grow



SUSTENTABILIDADE: UM COMPROMISSO DA C&A.

C&A LANÇA SEU 2º RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.

Elaborado em conformidade com os padrões internacionais da Global Reporting Initiative, a C&A publica seu 2º Relatório de Sustentabilidade.

Com essa publicação, você pode conhecer toda a atuação sustentável da C&A, como das seguintes ações:

MONITORAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA

A C&A monitora toda a sua cadeia produtiva. Desde 2006, foram efetuadas mais de 9.500 inspeções nos fornecedores e unidades subcontratadas. Tudo para oferecer produtos que sejam produzidos de forma responsável aos consumidores.

PROGRAMA DE COLETA DE LIXO ELETRÔNICO

Todas as lojas C&A possuem coletores de lixo eletrônico para uma destinação ambientalmente correta. Em 2011, foram 35 mil itens coletados entre celulares, pilhas e baterias.

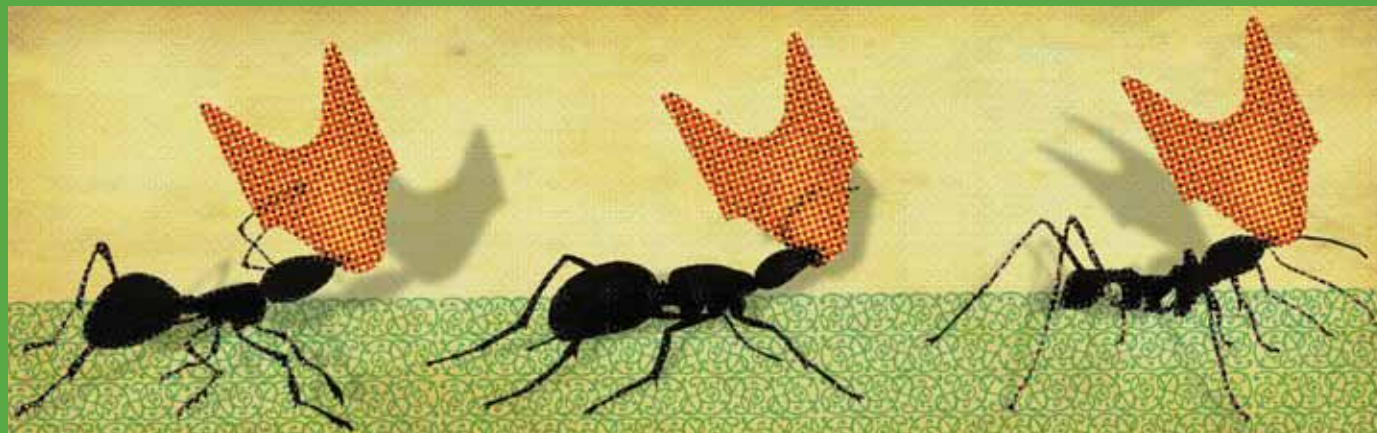
VOLUNTARIADO C&A

Hoje, mais de 5,6 mil funcionários fazem parte do Programa de Voluntariado do Instituto C&A atuando durante a jornada de trabalho.

A PARTIR DE 5/6, CONHEÇA O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DA C&A. ACESSE: www.cea.com.br/relatoriosustentabilidade OU RETIRE UM EXEMPLAR SIMPLIFICADO NAS LOJAS C&A.



Comunidades de aprendizagem | A Rio+20 é uma oportunidade para debatermos como a educação pode exercer um papel central na construção de um novo paradigma civilizatório **POR MARIA ALICE SETUBAL***



No momento em que o mundo se organiza para a conferência mundial da ONU, a Rio+20, vale enfatizarmos, mais uma vez, o grande paradoxo da nossa civilização: ao mesmo tempo que o desenvolvimento das tecnologias possibilitou uma nunca antes possível convivência global entre os povos, vemos a nossa própria sobrevivência ameaçada enquanto espécie devido às mudanças climáticas e suas consequências.

No contexto da discussão de uma nova economia, como analisa o professor Ricardo Abramovay, a relação entre sociedade e natureza deve estar pautada, de um lado, pelos limites impostos por essa relação e, de outro, pela inovação que torne possível melhorar o modo como se obtém e se transforma a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade. A ética, então, torna-se um aspecto central na determinação do uso dos recursos e nas decisões econômicas, que devem ter como eixo o bem-estar das pessoas, a equidade social, a coesão das comunidades e a preservação e regeneração dos ecossistemas.

A educação passa a ser, assim, um instrumento primordial para tornar possível a construção desse novo paradigma, pois é necessário formar, capacitar as pessoas de todas as idades para assumirem responsabilidade pelo futuro sustentável. Os direitos humanos e o compromisso com a justiça social para

todos implicam, no novo paradigma, uma responsabilidade intergeracional.

EXERCÍCIO DE LONGO PRAZO

No Brasil, onde temos pouca experiência de planejamento em prazos mais longos, a educação para o desenvolvimento sustentável deve ser um processo de aprendizagem de como tomar decisões que consideram no longo prazo todos os condicionantes mencionados anteriormente. A diversidade cultural, o respeito às diferenças, o diálogo, a cooperação e o cuidado são valores fundamentais que embasam essa educação, assim como uma inovação que busque respostas aos novos desafios por meio da resolução de problemas, de um pensamento científico que deve ocupar também um lugar central na educação ao longo da vida.

Precisamos criar verdadeiras comunidades de aprendizagem, em que a educação se apoie na cultura como um amálgama na vinculação entre o indivíduo e o coletivo, entre as pessoas, entre passado, presente, futuro, entre os saberes tradicionais e a modernidade, entre as diferentes identidades. Somos seres geneticamente sociais, e essa é a nossa maior riqueza para construir vínculos através da linguagem, das relações afetivas, do conhecimento, das obras de arte, do patrimônio cultural, das tradições e dos costumes. A escola sozinha não pode

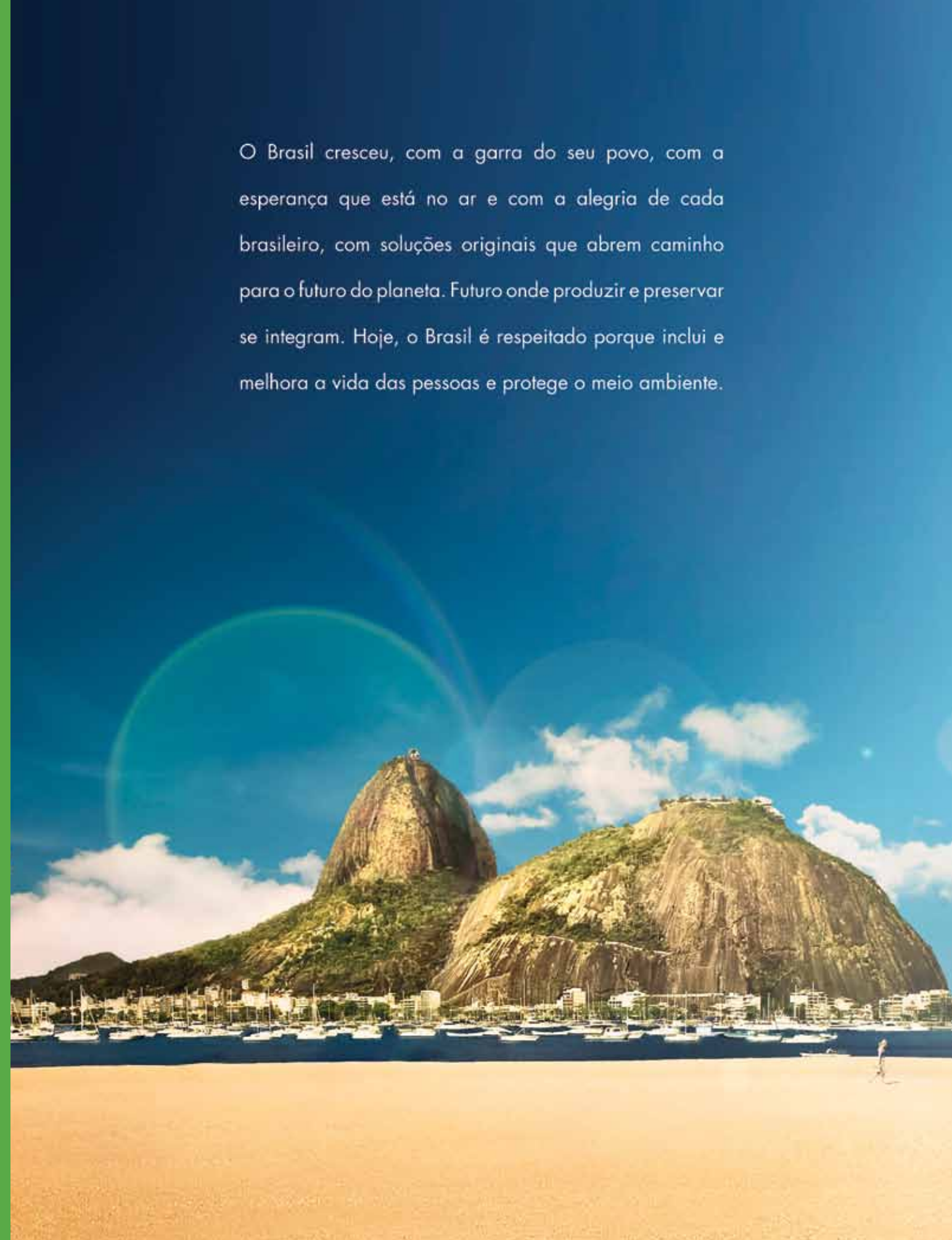
dar conta de todos esses aspectos, por isso ela deve estar aberta e inserida nas comunidades onde atua, usando seus diferentes espaços sociais, esportivos e culturais para propiciar uma formação democrática, contemporânea e responsável por um futuro sustentável do planeta.

A pobreza de conhecimento e de referências culturais é um obstáculo ao desenvolvimento individual e coletivo que impede o reconhecimento social, fundamental à nossa existência e convivência social. Dar visibilidade e voz aos diferentes protagonistas da sociedade torna-se uma tarefa cada vez mais imprescindível para o alcance da sustentabilidade do planeta, e as tecnologias digitais jogam um papel importante nesse contexto, por meio do alargamento do espaço público, da criatividade, da multiplicidade de vozes, da cooperação, da fluidez, da mobilização e da velocidade.

Como escrevi no início deste artigo, vivemos um grande paradoxo e a Rio+20 é uma oportunidade para debatermos como a educação pode ser fundamental na construção de um novo paradigma civilizatório; resta conferir se as condições estarão dadas. ■

*** DOUTORA EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (PUC-SP) E PRESIDENTE DOS CONSELHOS DO INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE (IDS), DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA (CENPEC) E DA FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL**

O Brasil cresceu, com a garra do seu povo, com a esperança que está no ar e com a alegria de cada brasileiro, com soluções originais que abrem caminho para o futuro do planeta. Futuro onde produzir e preservar se integram. Hoje, o Brasil é respeitado porque inclui e melhora a vida das pessoas e protege o meio ambiente.





O BRASIL RECEBE DE BRAÇOS O FUTURO ABERTOS.



O Brasil reafirma, com orgulho, o compromisso com a sustentabilidade do seu desenvolvimento e defesa do meio ambiente. Rio+20: o grande encontro mundial do desenvolvimento sustentável, em busca de melhores caminhos para o crescimento econômico, com inclusão social e proteção ambiental. Rio+20: crescer, incluir, proteger.

Antídoto contra as crises

Vinte anos depois, a maior questão é encontrar os meios para viabilizar a transição a uma nova economia, que se coloque a serviço do bem-estar humano – dentro dos limites e ciclos da natureza

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA COLABOROU GISELE NEULS ARTE DANIELLA CAMPOS



Para alguns analistas, a crise é uma boa desculpa para os países ricos justificarem seu conservadorismo nas negociações do clima e na agenda da Rio+20

■ O pacote de 1992 foi gestado ainda na década anterior, no contexto das discussões da Comissão Brundtland, que produziu o clássico relatório *Nosso Futuro Comum*, em 1987

O ceticismo em torno da Rio+20 tem levado analistas a compará-la com a fracassada conferência do clima de Copenhague, realizada em 2009, e a bem-sucedida Cúpula da Terra de 1992, a Rio 92. Embora seja de fato remota a perspectiva de um resultado ambicioso na parte oficial do evento, parece pouco apropriado contrastá-lo com o **encontro de 1992**, que sacramentou todo um ciclo de anos de negociações de três convenções (Clima, Biodiversidade e Desertificação), da Agenda 21 e das declarações do Rio e sobre florestas. “A Rio 92 foi o momento de mostrar o que deveria ser feito daí em diante para o mundo alcançar o desenvolvimento sustentável”, lembra Rubens Born, coordenador adjunto do Instituto Vitae Civilis.

Agora, o desafio é *como* fazer. “Desta vez, o que se necessita é estabelecer meios que viabilizem o desen-

volvimento sustentável”, diz Nick Nuttall, porta-voz do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), ao tentar delimitar o propósito da reunião que ocorrerá este mês entre os dias 20 e 22 no Riocentro. “Nunca se pretendeu fazer da Rio+20 uma cúpula de tratados e convenções como em 1992”, pondera.

Entre reportagens e entrevistas nas páginas 36 a 49, acompanhe os assuntos-chave que estarão (ou deveriam estar) nos debates da Conferência. Funcionam como pontos de acupuntura, ou seja, se estimulados, repercutem de forma transversal no organismo como um todo. São pontos sensíveis e nevrálgicos na direção para o “futuro que queremos”. Nessa transição, a economia deve ser usada como um meio a serviço de uma sociedade mais justa e com maior qualidade de vida.

Para o Pnuma, a economia verde e socialmente inclusiva é o caminho mais efetivo para alcançar o de-

envolvimento sustentável, conforme preconiza o relatório liderado pelo economista indiano Pavan Sukhdev, publicado em 2011 ([acesse em goo.gl/pRmiT](http://www.goo.gl/pRmiT)). O trabalho demonstra que a economia verde até produziria taxas mais altas de crescimento a médio e longo prazo. Outro estudo, publicado em março último pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com autoria de ícones da economia ecológica como o americano Herman Daly, concorda com os incentivos verdes recomendados pelo Pnuma, mas defende a primazia do bem-estar humano e dos limites ecológicos planetários sobre o crescimento ([goo.gl/aUIUB](http://www.goo.gl/aUIUB)).

Mas hoje o pano de fundo é especialmente desafiador. O quadro socioeconômico adverso nos países ricos desacelera a travessia rumo a essa economia mais sustentável que se advoga (*mais em quadro à página ao lado*). Segundo Eduardo Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, qualquer avanço substancial demanda o comprometimento das três superpotências contemporâneas – Estados Unidos, União Europeia e China –, com apoio do que ele classifica como as cinco grandes potências – Brasil, Índia, Coreia do Sul, Japão e Rússia. Trata-se do grupo responsável pela maior parte dos problemas ambientais e climáticos do planeta e que possui capital humano, recursos naturais e tecnologia para reverter a atual crise ambiental.

O problema é que, das três superpotências, duas – EUA e UE – estão mais preocupadas com suas dificuldades econômicas domésticas do que em assinar acordos globais que impliquem aumento de gastos públicos e maior carga financeira nas costas das empresas. Para alguns analistas, a crise tem sido uma boa desculpa para os países ricos justificarem o conservadorismo de sua atuação recente nas negociações do clima e na agenda da Rio+20. “Há uma crise do planeta que é muito mais grave que a crise econômica atual e terá repercussões econômicas globais muito dramáticas”, adverte o advogado Fabio Feldmann, ex-secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A seu ver, a crise econômica, ao contrário, deveria ser utilizada como oportunidade para estimular o desenvolvimento sustentável.

Feldmann resgata a recomendação do *Relatório Stern*, de 2006: o investimento anual de 1% a 2% do Produto Interno Bruto mundial em energia limpa e tecnologias sustentáveis evitaria a perda de 20% desse mesmo PIB até 2050, decorrente de desastres climáticos, perdas florestais e na agricultura e aumento no nível dos oceanos ([acesse o relatório em goo.gl/0xaPq](http://www.goo.gl/0xaPq)).

Mas a lógica convencional de curto prazo é a que impera no momento, embora já existam tentativas de mudá-la, como foi o caso dos pacotes de recuperação econômica lançados logo após o início da crise financeira de 2008. Perto de 15% do pacote total de US\$ 3 trilhões

Amarras da Rio+20

Questões de fundo que emperram o avanço das negociações

Crise econômica O fraco desempenho das economias da Europa, do Japão e dos Estados Unidos freia iniciativas que impliquem aumento de custos com incentivos verdes, reduções mais robustas nas emissões de gases-estufa e ajuda a países em desenvolvimento na transição para a nova economia.

Reeleição de Obama Para manter a esperança de se reeleger em novembro, o presidente americano Barack Obama teve de desacelerar seu programa ambiental, que também é atacado implacavelmente pela maioria republicana no Senado. A administração democrata é acusada pela oposição republicana de agravar o problema do desemprego com suas medidas regulatórias antipoluição.

Liderança fraca Diferentemente das conferências ambientais de Estocolmo, em 1972, e do Rio, em 1992, que tiveram o canadense Maurice Strong como figura central nas negociações, o secretário-geral da Rio+20, o diplomata chinês Sha Zukang, não tem muito carisma nem peso político para exercer uma liderança expressiva no evento deste mês. O Brasil também não assumiu um papel mais proativo no processo preparatório, o que dele era esperado como anfitrião do encontro.

Omissão sobre financiamento Pouco ou nada se avançará no tema do

financiamento da transição para a economia verde nos países em desenvolvimento. A Rio+20 deverá repetir a cobrança que vem sendo feita há pouco mais de quatro décadas quanto à aplicação de 0,7% do Produto Nacional Bruto das nações ricas em programas de ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês). Apenas cinco países estão cumprindo a meta.

Desgaste do sistema decisório A necessidade de consenso entre os 193 membros das Nações Unidas torna muito lentas as negociações diplomáticas das conferências ambientais. Em um artigo publicado em março na revista *Science*, um grupo de 32 especialistas em governança propõe trocar o consenso pela maioria qualificada nas decisões da ONU sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente ([disponível em goo.gl/xqszv](http://www.goo.gl/xqszv)).

Resistência nos EUA à ONU Boa parte da opinião pública dos Estados Unidos, que sedia a organização, opõe-se à criação de novos órgãos no Sistema ONU e a aumentar a contribuição do país à entidade. Relaciona tais iniciativas à burocracia excessiva e à corrupção, o que pode minar esforços para fortalecer o Pnuma ou criar uma organização de meio ambiente na ONU.

foram dedicados a incentivos verdes, segundo levantamento do HSBC publicado em 2009. (goo.gl/s09uY)

ALÉM DA DIPLOMACIA

Apesar do contexto desfavorável, a Rio+20 poderá lançar uma nova agenda para o mundo acelerar seu caminho rumo a um futuro mais sustentável. Diferentemente do que ocorreu na Rio 92, a nova agenda – que pautará o debate sobre meio ambiente e sustentabilidade ao longo desta década – deve priorizar os instrumentos concretos para viabilizar a transição rumo a uma economia sustentável. Essa agenda pós-Rio+20 não é obra exclusivamente diplomática. Inclui uma gama ampla de atores, tais como mídia, movimentos sociais, ambientalistas, empresas, cientistas e governos locais.

“Não podemos somente olhar para os diplomatas para mudar o mundo. É mais provável que eles sigam do que liderem”, observa Tom Bigg, diretor de parcerias do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED), de Londres.

Vai na mesma linha o empresário Roberto S. Waack, presidente da Amata Brasil e membro do conselho de administração da Global Reporting Initiative (GRI) e do conselho internacional do Conselho de Manejo Florestal (FSC). “Não acredito nas convenções internacionais como promotoras de mudança. Elas e as conferências são importantes como indutoras de ações. Mas não dá para esperar pelas soluções multilaterais. O GRI, por exemplo, não foi criado por uma decisão multilateral”, diz.

Eduardo Viola também prefere apostar nos espaços extradiplomáticos: “A Rio+20 oficial está fadada ao fracasso, mas sou mais otimista com a Rio+20 paralela, composta por sociedade civil, empresas, mídia e academia. Tem maior dinamismo, é onde ocorre o *networking* mundial”.

Ainda assim, fóruns multilaterais continuam sendo relevantes para a governança global, na opinião de Rubens Born, do Vitae Civilis. Mas precisam voltar a discutir os impactos negativos de ações econômicas globais e nacionais sobre o ambiente planetário e as populações pobres. “A ONU deixou de ser um lugar para discutir economia. A Rio+20 deveria resgatar esse papel”, diz.

Bigg, do IIED, segue o raciocínio do dirigente do Vitae Civilis, ao reclamar de que a cúpula do Rio está apenas olhando para a governança ambiental, que é uma pequena fração de uma agenda de governança muito mais ampla. “Ela ignora as regras jogadas por instituições muito mais poderosas que lidam com questões econômicas e sociais e pelo poder e influência dos atores do setor privado”, adverte Bigg, em alusão a entidades como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

CONSUMO DOS RICOS

Além do papel de maior protagonismo dos emergen-

"Não podemos somente olhar para os diplomatas para mudar o mundo. É mais provável que eles sigam do que liderem", diz especialista do IIED

tes, a nova agenda contemplará uma revisão profunda nos padrões de consumo dos países ricos – que servem como modelo para as nações em desenvolvimento –, instrumentos econômicos que estimulem a produção limpa e mecanismos de financiamento à transição no mundo em desenvolvimento. Mas o grande enrosco da Rio+20 é, de novo, o *como* fazer, que demanda dinheiro, conhecimento, governança, metas e indicadores.

Nas negociações preparatórias à Conferência, quase nada se avançou no tema do dinheiro. “O financiamento é a parte mais obscura da Rio+20”, acredita José Eli da Veiga, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, que, entretanto, está menos pessimista que no ano passado quanto à força política do documento final da reunião. “Há um aparente consenso em torno da necessidade de adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso abrirá terreno para a discussão sobre indicadores que pode iniciar um processo de superação do PIB”, avalia.

A adoção dos ODS – que dariam continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir de 2016 – encontra amplo respaldo entre as principais ONGs, cientistas, empresas, governos e a própria ONU. Estão cotados para ser a grande estrela da cúpula. “A Rio+20 precisa negociar ODS sérios e de credibilidade que funcionem como guia para políticas e ações em todos os países”, afirma Bigg.

Mas o que de fato precisa ser incluído na declaração final para livrar a conferência oficial do malogro anunciado? A despeito das quase 300 páginas do *Rascunho Um* da declaração *O Futuro Que Queremos* ([acessível em goo.gl/ksYCe](http://goo.gl/ksYCe)), com um manancial de proposições e colchetes (assuntos sem consenso), surgiu durante este semestre o esboço informal de uma agenda mínima para concentrar o foco do evento oficial. Trata-se de uma agenda que atende a aspirações de atores diversos, como Pnuma, União Europeia, alguns governos de países em desenvolvimento, como o do Brasil, e ONGs proeminentes na área de desenvolvimento, tais como IIED, Vitae Civilis, Oxfam e Instituto de Recursos Mundiais (WRI).

O programa compreende o lançamento de um processo negociador nos próximos três anos em torno dos seguintes pontos: a aprovação de uma resolução da ONU instituindo os ODS a partir de 2016; um novo

indicador de riqueza que leve em conta o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental (iniciativa “Além do PIB”); uma convenção internacional sobre responsabilidade corporativa que obrigue as empresas a relatar publicamente seus impactos socioambientais; e diretrizes para incentivar compras públicas sustentáveis. (*mais sobre os temas quentes no Guia, nas páginas centrais desta edição*)

As ONGs tentam inserir outros tópicos nesse programa mínimo, a exemplo da reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis, da taxação das transações financeiras globais e do [piso social global](#). Este seria como um programa de renda mínima para assegurar padrões de vida decentes em todo o mundo, inclusive com transferência de recursos dos países ricos às nações mais pobres.

EMPRESAS NO JOGO

Ao comentar o item relativo à responsabilidade corporativa, Nick Nuttall, do Pnuma, afirma que a publicação de informações socioambientais corporativas permitirá a fundos de pensão e outros investidores fazer escolhas reais em favor de companhias que genuinamente estão fazendo a coisa certa.

Embora reticentes à ideia da convenção sobre responsabilidade corporativa, as empresas tendem a ganhar maior proeminência na discussão e implementação do pacote da Rio+20. “As companhias poderão estimular os países a levantarem o grau de ambição na Rio+20, se declararem publicamente respaldo à precificação do carbono e a políticas pró-energias renováveis”, prega Manish Bapna, presidente interino do WRI, de Washington.

Enquanto os humanos consomem e discutem, os limites ecológicos planetários, dos quais depende o futuro da economia, continuam sendo rompidos. A grande batalha da década será aproveitar as crises em curso como oportunidade para inverter a lógica dominante em que natureza e sociedade encontram-se a serviço da economia. Passa da hora de a economia colocar-se a serviço da sociedade, e em respeito aos limites e ciclos da natureza. [\[2\]](#)

NA SEMANA DE 18 A 22 DE JUNHO, ACOMPANHE EM FGV.BR/CES/PAGINA22 A EVOLUÇÃO DIÁRIA DAS NEGOCIAÇÕES RELATIVAS A CADA UM DOS PONTOS QUENTES ABORDADOS NAS PÁGINAS 36 A 49. UM TERMÔMETRO INDICARÁ O QUANTO ESQUENTARAM OU ESFRIARAM AS DISCUSSÕES SOBRE O TEMA. LEIA TAMBÉM ENTREVISTA COM FERNANDO LYRIO, ASSESSOR EXTRAORDINÁRIO PARA A RIO+20 DO MMA.

Em abril de 2009, a ONU lançou a Iniciativa do Piso de Proteção Social, liderada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), no bojo de um pacote para atenuar os efeitos da crise econômica nos países em desenvolvimento

Klabin. Um profundo respeito pela natureza.



1 • Bobina de Papel Kraft 2 • Embalagem produzida com papelcartão 3 • Embalagem de papelão ondulado 4 • Saco industrial. Foto maior: Beija-flor.



Primeira empresa brasileira a ser reconhecida pela organização internacional *Rainforest Alliance* como "Criadora de Tendências de Desenvolvimento Sustentável", a Klabin tem um compromisso histórico com o meio ambiente, compartilhado com os seus mais de 13.000 colaboradores. Produzindo papéis, embalagens e sacos industriais a partir de matéria-prima 100% proveniente de florestas plantadas, a Klabin é hoje uma das maiores e mais admiradas empresas do segmento no mundo, uma referência quando o assunto é qualidade, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Por isso, quando o assunto é a natureza, faça como a Klabin. Trate com todo o respeito.



Maior produtora, exportadora e recicladora de papéis para embalagens do Brasil.

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV **NÚMERO 64**
GWISS JUNHO 2012

GUIA: TEMAS QUENTES DA RIO+20

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O governo brasileiro fez do tema sua principal bandeira para salvar a Rio+20 de um fracasso à Copenhague. Os ODS deverão ser o principal produto da declaração final da Rio+20, dando continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a partir de 2016, com metas voluntárias para a erradicação da pobreza, a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais. O prazo para alcançar as metas seria 2030. O maior desafio para monitorar o cumprimento dos ODS será a definição de indicadores para cada meta específica. (pág. 39)

REFORMA DA GOVERNANÇA

Um bloco de países, que inclui o Brasil, defende a transformação do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU em Conselho de Desenvolvimento Sustentável, que seria responsável por coordenar e integrar ações relacionadas ao assunto no Sistema ONU. Outro ponto é o fortalecimento do pilar mais fraco da sustentabilidade no Sistema ONU, o ambiental. Europa e África propõem a criação de uma Organização Mundial do Meio Ambiente utilizando como base o Pnuma. O Brasil concorda com o fortalecimento do Pnuma, mas não se mostra disposto a apoiar a proposição europeia. (pág. 36)

NOVOS INDICADORES

A limitação do PIB para medir o desenvolvimento sob uma perspectiva sustentável tem sido apontada por inúmeros estudos de ícones da economia convencional, tais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É provável que o documento final da Rio+20 recomende ao Secretário-Geral da ONU que inicie uma consulta na entidade visando a elaboração de indicadores de bem-estar social e sustentabilidade ambiental para monitorar o desenvolvimento sustentável dos países. Para alguns economistas, o próprio PIB deveria ser radicalmente reformulado, descontando dos números da produção custos de degradação e perdas no capital humano e natural. (pág. 42)

SUBSÍDIOS AOS FÓSSEIS

Acredita-se que a declaração final da Rio+20 recomendará uma reforma gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis, que ultrapassaram a marca dos US\$ 400 bilhões em 2010, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE). Mas é pouco provável que o documento sinalize uma reforma com prazos e metas e compensações financeiras às camadas pobres, quando houvesse risco de alta nos preços do transporte e dos alimentos com a remoção dos subsídios. O

dinheiro economizado seria aplicado em incentivos às fontes limpas de energia, que receberam apenas US\$ 66 bilhões em subsídios em 2010. (pág. 46)

FINANCIAMENTO

Para esverdear o crescimento nos países pobres, é necessário que as nações ricas ajudem com assistência técnica, transferência de tecnologia e dinheiro novo e adicional ao que hoje já é parte dos programas de assistência financeira ao desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês). Uma das possibilidades em discussão é adotar uma taxa sobre transações financeiras internacionais, revertendo a arrecadação para programas de combate à pobreza e de desenvolvimento sustentável. Ecotributos a exemplo do imposto sobre emissões de carbono também podem drenar recursos da economia suja para a verde. (pág. 44)

PRODUÇÃO E CONSUMO

Espera-se que o documento final da Rio+20 trate com maior ênfase do tema da produção e do consumo sustentáveis, assunto pouco presente nos acordos ambientais multilaterais, mas vital para mudar o modelo econômico perdulário vigente. Para isso, os governos precisam adotar instrumentos econômicos, tais como incentivos fiscais e créditos a produtos e serviços mais eficientes no uso de água, energia e matéria-prima, e políticas de compras públicas que induzam padrões mais sustentáveis de produção.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Apesar da oposição dos Estados Unidos, ganhou força nas negociações pré-Rio+20 a proposta para o estabelecimento de uma convenção internacional sobre responsabilidade corporativa. O tratado contaria com regras para obrigar as empresas a fornecer informações sobre os impactos socioambientais de suas atividades

e a publicar relatórios integrados (reunindo informações financeiras e de sustentabilidade).

ENERGIA

A ONU lançou este ano a iniciativa Energia Sustentável para Todos, com três metas para 2030: prover acesso universal a serviços modernos de energia, dobrar os índices de eficiência energética e elevar a participação das fontes renováveis na matriz mundial (hoje em torno de 15%). Os investimentos em energia gerada pelo vento, biomassa, sol e ondas do mar somaram US\$ 187 bilhões em 2011, segundo a ONU, ultrapassando os aportes à energia produzida a partir de petróleo, gás natural e carvão (US\$ 157 bilhões).

OCEANOS

Ambientalistas querem que a Rio+20 inclua em sua declaração final uma agenda para os oceanos, que estão entre os ecossistemas mais afetados pelas mudanças climáticas, a pesca predatória e a poluição. Tal agenda deveria contemplar a criação de uma rede global de reservas marinhas, o fim dos subsídios à pesca predatória, a moratória da pesca de espécies com estoques declinantes e medidas para tornar mais efetiva uma governança das águas internacionais.

CLIMA, FLORESTAS E BIODIVERSIDADE

Esses três temas foram inicialmente marginalizados nas discussões da Rio+20 por um controverso entendimento de que já são contemplados nas convenções sobre clima e biodiversidade. Pouco a pouco e por pressão dos ambientalistas, têm ganhado mais espaço nas conversações, até porque a economia verde oferece muitas soluções para a proteção climática, florestal e da biodiversidade (mais à pág. 47).

POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Este Guia é destacável, basta desprendê-lo do grampo. É parte integrante da Edição Especial Rio+20 de PÁGINA 22

A Riocentro
Av. Salvador Allende, 6.555
Barra da Tijuca

A partir do dia 5 de junho, a bandeira da ONU é hasteada e a área passa a ser perímetro restrito. Aqui se discute a agenda intergovernamental oficial. Mais de 500 eventos paralelos organizados pelas Nações Unidas distribuem-se nas dependências do espaço.

B Parque dos Atletas
Av. Salvador Allende, s/n
Barra da Tijuca

Localizado em frente ao Riocentro, abriga exposições dos Estados-membros da ONU e do governo brasileiro. Entre os dias 20 e 22, o parque recebe apenas membros da Conferência. Já nos dias 23 e 24 de junho, o lugar é aberto para o público em geral. Destaque para as convenções abertas da ONU em Clima, Biodiversidade e Desertificação.

C Arena da Barra
Av. Embaixador Abelardo Bueno, 3.401
Barra da Tijuca

De estrutura multifuncional, o espaço concentra a sociedade civil nas proximidades do encontro oficial. Suas áreas abrigam palestras, seminários e outras atividades, bem como servem de

centro de retransmissão dos eventos do Riocentro e demais locais da Conferência.

D Windsor Barra Hotel
Av. Sernambetiba, 2.630
Barra da Tijuca

Hotel sedia dois eventos importantes, o Rio+20 Corporate Sustainability Forum, coordenado pelo Pacto Global das Nações Unidas e parceiros, e o Basd – Business Action for Sustainable Development, coordenado pelo World Business Council for Sustainable Development.

E Galpão da Cidadania
Av. Barão de Tefé, 75
Bairro da Saúde

O Centro Cultural de Ação da Cidadania sedia os eventos do Ministério da Cultura. Trata-se de um espaço para a reflexão e debate sobre a importância da cultura como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável.

F Pier Mauá [Armazéns]
Av. Rodriguez Alves, 10
Praça Mauá

Abriga as apresentações sobre inovação, tecnologias sustentáveis e programas de sustentabilidade do Governo Federal, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da sociedade civil na seguinte

disposição: **Armazém 1:** Sociedade Civil; **Armazém 2:** Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, das Comunicações e da Integração Nacional; **Armazém 3:** Finep; **Armazém 4:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

G Aterro do Flamengo
(MAM*1 e Arena MAM – Espaço VIVORio*2)
Praia do Flamengo, s/n
Flamengo

O local reuniu mais de 17 mil ativistas durante a Rio 92, há 20 anos. Desta vez, são esperados mais de 30 mil participantes para a realização da Cúpula dos Povos, de 15 a 23 de junho. A organização do evento está sob a responsabilidade do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20. Informações adicionais em cupuladospovos.org.br

***1 Museu de Arte Moderna (MAM) [Arena Socioambiental]**
Avenida Infante Dom Henrique, 85
Aterro do Flamengo

Espaço para exposições temáticas e mostra da campanha “O Futuro Que Queremos”. A Cinemateca recebe palestras e seminários organizados pela sociedade civil e mostra de filmes socioambientais. O Museu receberá

ainda a Arena Socioambiental, série de eventos coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

***2 Arena MAM (Espaço VivoRio)**
Avenida Infante Dom Henrique, 85
Aterro do Flamengo

Abriga concertos e eventos culturais, além de servir de área para debates da sociedade civil organizados no âmbito da Cúpula dos Povos.

H Jardim Botânico
R. Jardim Botânico, 1.008
Jd Botânico

Espaço recebe a delegação do Ministério do Meio Ambiente, além de ICMBio, Cempre, Conselho Nacional de Juventude, Sebrae, Banco Central, Ministério da Fazenda e Febraban para debates sobre unidades de conservação, produção e consumo sustentáveis, resíduos sólidos e reciclagem, juventude e meio ambiente, empreendedorismo verde, micos e finanças sustentáveis.

I Forte de Copacabana
Pç. Coronel Eugênio Franco, 1 - Posto 6
Copacabana

Espaço abriga diversas atividades. Destaque para o Humanidades 2012, WRI: Driving Business Value and Competitiveness, Fórum de

FONTE CONSULTADA:
Aron Belinky, coordenador de processos internacionais do Vitae Civilis
ARTE: Daniella Campos e Dora Dias

Empreendedorismo Social na Nova Economia e para as apresentações do TEDx Rio+20.

J Planetário
Rua Vice-Gov. Rubens Berardo, 100
Gávea

O Planetário da Gávea recebe a agenda de eventos *Rio+20 e Você*, que discute práticas de tecnologias locais e sustentáveis adotadas em diferentes comunidades brasileiras.

K PUC-Rio
R. Marquês de São Vicente, 225
Gávea

De 11 a 15 de junho, o espaço abriga o Fórum de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável que discute o papel da ciência e inovação na transformação social e produtiva com base na economia verde e inclusiva. Entre os dias 16 e 17, destaque para o Fair Ideas (mais em iied.org)

L Sheraton Rio Hotel & Resort
Av. Niemeyer, 121 – Leblon

Abriga as atividades da FAO, IFAD, WFP e Biodiversity International, no encontro *Aiming for a Food Secure Future: Think Global, Act Local*, sobre redução da degradação ambiental na agricultura, segurança e soberania alimentar.



[ANÁLISE]

Planejar é preciso | Ao mesmo tempo que não podemos deixar de lado o crescimento, é necessário melhorar a distribuição de renda em escala planetária **POR IGNACY SACHS***

ENTENDA A PAUTA OFICIAL DA CONFERÊNCIA

Intitulada *O Futuro Que Queremos*, a declaração final a ser adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, será fruto de contribuições de países, organizações da sociedade civil e grupos acadêmicos de todo o mundo.

O documento deverá nortear as negociações globais sobre governança ambiental e desenvolvimento sustentável, além de instrumentos de transição rumo à economia verde. Mostramos a seguir como o documento está dividido e o propósito de cada uma de suas cinco partes:

O FUTURO QUE QUEREMOS*

Discutido antes e durante a Rio+20, esse documento deverá se tornar uma referência para as políticas e práticas de sustentabilidade nos próximos anos.

I. PREÂMBULO/PREPARAÇÃO

Introduz o documento, afirmando que as ações dos países deveriam preencher lacunas na implementação de acordos multilaterais sobre desenvolvimento sustentável, alcançando mais integração entre os pilares ambiental, econômico e social.

II. RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO

Reafirma os princípios da Rio 92 e de planos de ação passados, como a Agenda 21. Além de avaliar o progresso realizado até hoje no cumprimento dos acordos da Cúpula da Terra de 20 anos atrás, aborda desafios novos e emergentes e enfatiza a importância da participação dos diferentes setores sociais no debate.

III. ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Apresenta os principais desafios e oportunidades para o mundo superar a pobreza e padrões insustentáveis de produção e consumo.

IV. ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Propõe o fortalecimento do desenvolvimento sustentável na estrutura da ONU, considerando sugestões que integrem os três pilares da sustentabilidade, tais como a criação de um Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Para conferir mais solidez ao pilar ambiental, o mais frágil nas Nações Unidas, recomenda-se uma reforma na governança ambiental, que poderia dar mais peso político ao Pnuma ou criar uma nova agência ambiental na ONU.

V. ESTRUTURA DE AÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Enumera propostas para implementar a transição para a economia verde – financiamento, capacitação, acesso e transferência de tecnologia. Nesse sentido, destaca a necessidade de instituir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em complementação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

*COM INFORMAÇÕES DO ARQUIVO OFICIAL RIO20.INEQ/2012



O planejamento saiu da moda com o colapso da União Soviética. No entanto, descobrimos a cada dia que os mercados deixados a si mesmos têm a vista curta e a pele grossa. Não levam em conta o longo prazo e carecem de sensibilidade social.

Mais do que nunca, a humanidade enfrenta a necessidade de definir estratégias globais de desenvolvimento capazes de responder simultaneamente ao duplo desafio das mudanças climáticas potencialmente deletérias para a sobrevivência da nossa espécie, sem se descuidar das enormes disparidades sociais que prevalecem ainda no nosso planeta.

Devemos, portanto, nos esforçar por reduzir as emissões dos gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento do nosso planeta, sem renunciar no imediato ao crescimento econômico, condição *sine qua non* para levar adiante políticas de redistribuição de emprego e renda.

Há quem diga que esses dois objetivos são contraditórios. Para evitar as catástrofes climáticas, deveríamos desacelerar imediatamente o crescimento econômico. No entanto, a História nos ensina que a redistribuição da renda, difícil em condições de crescimento, torna-se praticamente impossível em uma economia estacionária. Renunciar hoje ao crescimento econômico em nome de objetivos ambientais nos condenaria a conviver com enormes disparidades de nível de consumo entre uma minoria privilegiada e uma maioria forçada a viver uma vida de privações materiais.

Por outro lado, se mantivermos o

crescimento econômico nos moldes atuais, continuaremos a lançar na atmosfera quantidades excessivas de gases de efeito estufa responsáveis pelo aquecimento global, provocando uma catástrofe climática.

Como não queremos sentar-nos à beira da estrada e chorar, devemos assumir o compromisso de trilhar um caminho estreito, que nos remete à parábola bíblica do buraco de agulha. Não podemos no imediato deixar de crescer, devido à enorme dívida social acumulada na era de expansão colonial da Europa chamada de época de Vasco da Gama pelo historiador indiano K.M. Panikkar [1]. Ao mesmo tempo, devemos nos esforçar para melhorar a distribuição da renda em escala planetária, de modo a ir reduzindo as diferenças abissais do nível material de vida hoje prevalentes. Só assim poderemos considerar em um futuro bastante próximo (meados deste século?) a passagem da economia mundial a uma fase estacionária no que diz respeito à produção material.

Não há nem haverá limites para a produção imaterial, a cultura, a criação artística, as festas, as competições esportivas e demais atividades conviviais. O futuro pertencerá, assim, cada vez mais ao *Homo ludens* e não ao *Homo faber* de J. Huizinga [2], dando-lhes ensejo para avançar na construção da civilização do ser na partilha equitativa do ter, no dizer do dominicano francês Joseph-Louis Le Bret, que muito andou pelo Brasil.

É de esperar que a Cúpula da Terra que voltará a se reunir no Rio de Janeiro em junho próximo reconheça definitivamente

que a revolução industrial do século XVIII nos projetou numa nova era geológica – o Antropoceno – caracterizada pelo “papel central da humanidade na geologia e ecologia” da nave espacial Terra [3]. Mais do que nunca, devemos reconhecer a nossa responsabilidade pelos destinos futuros do nosso planeta [4].

Aproveitando uma coincidência feliz de datas – estaremos celebrando em junho deste ano o tricentenário do nascimento de Jean-Jacques Rousseau –, convém pensar em um novo Contrato Social, ou, mais exatamente, em contratos sociais nos níveis dos países-membros das Nações Unidas e em um megacontrato reunindo todos os membros da ONU, destinados a balizar o nosso ingresso no Antropoceno e a servir de base a planos plurianuais de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente responsável.

Às Nações Unidas caberiam duas funções:

- a criação de um fundo de desenvolvimento incluyente e sustentável, formado com 1% do PIB dos países ricos, a taxa Tobin sobre especulações financeiras, um imposto sobre emissões de carbono e pedágios sobre ares e mares (*mais em reportagem à pág. 44*);
- a consolidação de redes de cooperação científica e técnica para o melhor aproveitamento dos recursos renováveis de cada bioma, privilegiando os paralelos em detrimento dos meridianos e aprofundando o intercâmbio Sul-Sul. [\[5\]](#)

ECOSSOCIOECONOMISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

[1] Mais em: K.M. Panikkar, *Asia and Western Dominance: A survey of the Vasco da Gama epoch of Asian history, 1498-1945*, London: George Allen & Unwin, 1953. [2] *Sobre a função social do jogo*, leia Johan Huizinga, *Homo Ludens: Essai sur la fonction sociale du jeu*, Paris: Gallimard, 1938. [3] Mais em: Paul J. Crutzen & Eugene F. Stoermer, “The ‘Anthropocene’”, *Global Change Newsletter – The International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP)*, n° 41, May 2000, p. 17. [4] *Sobre o tema*: Hans Jonas, *The Imperative of Responsibility: In search of ethics for the technological age*, Chicago: University of Chicago Press, 1984 [1979].

GOVERNANÇA

A viga mestra em reconstrução

Uma complexa e delicada obra propõe fortalecer a governança ambiental. Enquanto isso, vozes indignadas buscam maior permeabilidade para a sociedade nos processos decisórios

POR GISELE NEULS

▀ Segmentos que representam a sociedade nas atividades da ONU, definidos pela Agenda 21: Agricultores, Autoridades Locais, Comunidade Científica e Tecnológica, Crianças e Jovens, Mulheres, Negócios e Indústria, ONGs, Povos Nativos, e Trabalhadores e Sindicatos

▀ Sinais gráficos que destacam trechos sem consenso nos documentos diplomáticos

Se a sustentabilidade fosse uma construção, seria uma obra de Gaudí. Multiforme, colorida, intrincada e, até o momento, inacabada. Gerenciar uma construção como essa é um trabalho comparável às obras do arquiteto catalão, com inúmeras variáveis em delicado equilíbrio. Talvez por isso haja tantas propostas de governança em debate na Rio+20. Reunir 193 países, dezenas de instituições e centenas de acordos multilaterais em uma obra que permaneça de pé e abrigue a humanidade de forma sustentável não é tarefa simples.

O *Rascunho Um*, ou *Draft One*, da declaração da Conferência mostra a complexidade da tarefa. Ao longo de 31 de suas quase 300 páginas, apresenta duas propostas para fortalecer aquele que deveria ser visto como o que dá base para os demais – o ambiental: meio

sem o qual a sociedade não vive e nem a economia se desenvolve (veja gráfico ao lado). Para a governança do desenvolvimento sustentável, as nações reconhecem que é crucial reforçar a estrutura institucional de forma a cobrir lacunas na agenda e apoiar os esforços para a erradicação da pobreza.

Essa estrutura também deve monitorar a implementação da Agenda 21, promover o engajamento de todos os países, estimular a cooperação entre agências, programas e fundos, bem como respeitar declarações anteriores e resultados de conferências e cúpulas da ONU, sem esquecer-se de envolver os **Major Groups** no processo. O problema é o *como* fazer. A partir daí, tudo está entre **colchetes**.

Nas conversações sobre o fortalecimento do pilar ambiental nas Nações Unidas está em jogo o papel do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O Pnuma, criado há 40 anos durante a Conferência de Estocolmo, tem poderes e orçamento limitados. Com isso, pouca capacidade de agregar e potencializar o cumprimento de mais de 500 acordos ambientais multilaterais cujos secretariados estão espalhados pelo mundo.

Em outras palavras, a vertente ambiental está muito fragilizada perto da econômica e da social, que contam com instituições mais fortes, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Dois vertentes reúnem as propostas de reforma da governança ambiental: fortalecer o Pnuma ou criar uma agência especializada na ONU. O ex-secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo Fabio Feldmann diz que a Rio+20 não pode terminar sem tratar desse tema.

O nome é o de menos

Uma das fontes de confusão quando se fala das propostas é o nome. É comum ouvir especialistas defendendo a criação de uma agência que levaria o nome de Onuma – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em geral, o que começa com “Organização Mundial” é uma agência independente e o que leva “Organização das Nações Unidas” é submetido à Assembleia-Geral. Mas não é regra. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial era apenas um “centro” dentro da ONU até o final dos anos 1960, quando foi promovida a uma organização mais autônoma, mas ainda submetida à Assembleia-Geral da ONU. Só no final dos anos 1980 ela se tornou uma agência independente, conservando, no entanto, o mesmo nome.

GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Essa instância seria como um grande mestre de obras com a tarefa de promover a integração entre os múltiplos aspectos envolvidos na construção do desenvolvimento sustentável: países, agências, programas, fundos.



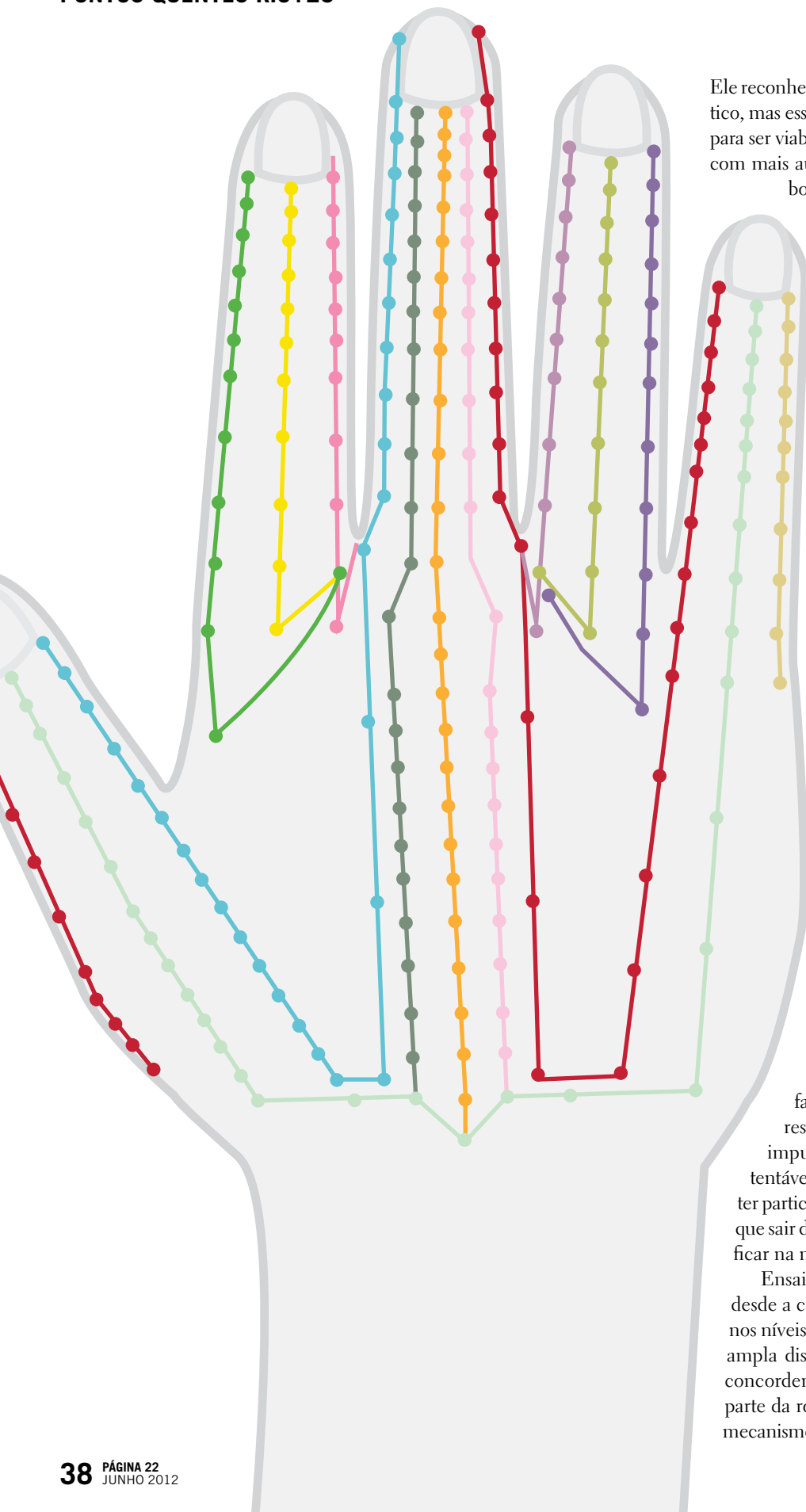
* ÓRGÃO DAS NAÇÕES UNIDAS RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DAS AÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DE 14 AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS, COMISSÕES FUNCIONAIS E COMISSÕES REGIONAIS. RECEBENDO, AINDA, RELATÓRIOS DE 11 PROGRAMAS E FUNDOS. ** CRIADA PELA ASSEMBLEIA-GERAL COMO COMISSÃO FUNCIONAL DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL PARA APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21. POSSUI 53 ESTADOS-MEMBROS.

DUAS VERTENTES PARA UMA NOVA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Este quadro mostra as principais diferenças entre duas grandes propostas para fortalecer a governança ambiental, de acordo com resumo elaborado pelo Pnuma, com a seguinte ressalva: a Assembleia-Geral da ONU (AGNU) pode combinar esses elementos de variadas formas. O formato e o processo de criação, portanto, depende de como será a discussão durante a Conferência.

	Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente / Unepo – United Nations Environment Organization)	Organização Mundial do Meio Ambiente / WEO – World Environment Organization
Processo de criação	Basta que a AGNU determine a elevação do programa ao status de organização e determine como ela deve funcionar	A AGNU pode recomendar que o secretário-geral e o diretor do Pnuma iniciem o processo. Os países são convidados a conferir a elaboração do estatuto. Este é submetido à AGNU, que em seguida convoca os países para criar a agência
Autonomia	Limitada, pois é um órgão subsidiário da AGNU	Total. Os detalhes de sua relação com a ONU são estipulados em um acordo específico aprovado pela AGNU
Participação	A AGNU pode determinar que seja universal	Cada país deve assinar acordo ou tratado ratificando sua participação
Financiamento	É parte do orçamento da ONU aprovado pela AGNU	Contribuições obrigatórias e voluntárias definidas no acordo de criação
Poderes	Criar órgãos subsidiários, comitês e comissões; participar de acordos com governos e organizações intergovernamentais; fazer recomendações à ONU. Não pode criar tratados e convenções	Definidos pelo acordo de criação. Em geral, inclui eleger seu diretor-geral e promover acordos com países e outras organizações internacionais. As decisões adotadas não precisam de aprovação de outros órgãos internacionais para valerem

FORNE: ISSUES BRIEF Nº 4 – THE ENVIRONMENTAL DIMENSION OF IFSD. ELABORAÇÃO: Pnuma22



Ele reconhece que uma agência teria mais prestígio político, mas essa opção pode consumir anos de negociação para ser viabilizada (veja quadro à pág. 37). Um Pnuma com mais autonomia e melhor orçamento já seria um bom avanço. O orçamento anual do programa é de R\$ 163 milhões, menos de um quinto do raquítico orçamento do Ministério do Meio Ambiente brasileiro em 2011 (R\$ 859 milhões).

O problema do orçamento é um erro de foco, na opinião de Pedro Roberto Jacobi, coordenador do Programa de Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (Procam-USP). “Fortalecer economicamente é importante, mas esta não é a questão central. Central é levar o conhecimento do Pnuma para uma agência, uma instância que possa configurar-se como poder regulador”, afirma Jacobi, descrente, contudo, de que a Rio+20 chegue a esse resultado. Para ele, a Conferência precisa finalizar, no mínimo, com um Pnuma turbinado, com poder político para pressionar os países a cumprirem os acordos existentes.

João Paulo Capobianco, membro do conselho diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), vai mais longe e diz que o desafio não é definir a configuração mais adequada e, sim, promover a integração real entre os diferentes instrumentos existentes em uma instituição normativa e capaz de promover uma articulação entre as convenções. “Seja qual for o modelo, minha convicção é de que esta é a agenda mais relevante, mas não está sendo destacada.”

NAS MÃOS DO POVO

Em um cenário cada vez mais claro de falta de lideranças entre os chefes de Estado, resta à sociedade civil organizada a tarefa de impulsionar a agenda do desenvolvimento sustentável, na opinião de Capobianco. Para isso, deve ter participação garantida no desenho de governança que sairá da Rio+20. “O mundo é muito complexo pra ficar na mão só dos governantes”, afirma.

Ensaios de participação social vêm sendo feitos desde a criação da Agenda 21, cuja implementação nos níveis nacional e local deve ser resultado de uma ampla discussão multissetorial. Mas, embora todos concordem que a sociedade deve ser ouvida como parte da rota para o desenvolvimento sustentável, os mecanismos de governança propostos nos documentos

oficiais não apresentam ferramentas para garantir essa participação e muito menos dar permeabilidade às vozes indignadas que clamam por mudanças nas praças mundo afora.

Dar conta da multiplicidade de atores sociais é complicado – mas possível –, observa Adriana Ramos, secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA). Um meio é estabelecer interlocução com fóruns e redes da sociedade e receber submissões de documentos nos mesmos termos que os recebe dos países. Outro é estimular a construção de posições nacionais que não

sejam “posições de governo”, mas discutidas e negociadas com a sociedade civil.

Fabio Feldmann também segue essa linha, sublinhando que os ritos de negociação diplomática são ineficazes no mundo atual. A Conferência poderia ser mais flexível e promover um pacto mínimo a partir de uma aliança política entre Estados, setor empresarial, sociedade e academia. E reforça: “Não dá para abrir mão das Nações Unidas, ela é indispensável. Mas não se pode também imaginar que seja a única instância capaz de promover mudanças”.

ODS

Novas e desafiadoras metas

É cada vez mais provável que a Rio+20 seja o palco da definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

POR FÁBIO RODRIGUES

Ao que tudo indica, a Rio+20 colocará uma nova sigla em circulação: ODS. Acrônimo para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o intuito é dar continuidade aos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, cujas metas deveriam ser atingidas até 2015. Só que, desta vez, o centro das discussões seria amplificado para a incluir ações em todo o espectro de sustentabilidade, abarcando também a agenda dos países ricos. (ver quadro à pág. 40)

Embora não haja garantias, as chances de que a proposta vingará parecem boas. O sexto *briefing* de temas para a Rio+20 produzido pelo secretariado da Conferência identificava que a ideia vinha ganhando simpatizantes [1]. Além disso, a proposta também cresceu no esboço da declaração final da Conferência: enquanto no *Rascunho Zero* [2] havia quatro menções aos ODS, no *Rascunho Um*, compilado em março, o tema praticamente teve um capítulo inteiro para si [3].

O Instituto Ethos acredita tanto nos ODS que boa parte de sua participação na Rio+20 foi construída sobre eles. “Acreditamos que os ODS têm muita chance de ser um dos resultados práticos mais importantes da Conferência”, afirma o vice-presidente instituto, Paulo Itacarambi. A Conferência Ethos 2012, marcada para 11 a 13 de junho, teve como um dos objetivos produzir um documento que contribua com a elaboração dos ODS.

Os ODS serão sucessores naturais de uma iniciativa que se tem saído razoavelmente bem. Para a coordenadora da Unidade de Planejamento Estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Maria Celina Berardinelli, os Objetivos do Milênio têm ajudado significativamente a aumentar a consciência mundial sobre a pobreza e a chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas. “Essas conquistas, por si só, já se configuram em um grande sucesso”, avalia.

▲ Lançados pela ONU no ano 2000, os ODM são um conjunto de oito objetivos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social

[1] O documento (em inglês) pode ser lido na íntegra em goo.gl/AO3wx [2] O *Rascunho Zero* pode ser baixado em goo.gl/9a6u2 [3] O *Vitae Civilis* preparou uma versão editada do *Rascunho Um* que simplifica a leitura: goo.gl/nVmlm

■ O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (Nós Podemos) surgiu de uma campanha lançada em 2004 pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que tinha o objetivo de mobilizar sociedade civil e governos para as Metas do Milênio

Ela acrescenta que, apesar das turbulências, as metas de redução da pobreza, acesso ao ensino básico, redução da mortalidade infantil, combate ao HIV e acesso à água potável fizeram avanços significativos e estariam ao alcance de serem cumpridas.

No Brasil, os avanços nas Metas do Milênio têm sido oficialmente acompanhados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aponta para resultados animadores. Segundo o diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Jorge Abrahão de Castro, o Brasil deve cumprir integralmente ou superar sete das oito metas – a única onde ainda estamos patinando é na redução da mortalidade materna.

Mesmo que os ODS venham a se consagrar como os substitutos dos ODM, já está marcado para 2013 um evento especial que vai debater a situação global da Metas do Milênio e decidir oficialmente o que virá depois de 2015. Mas Maria Celina, do Pnud, concorda que a elaboração dos ODS ajudaria a pensar o mundo pós-2015. A coordenadora do **Movimento Nós Podemos** no Paraná, Maria Aparecida Udenal, avalia que a hora seria oportuna. “Tem que sair algo palpável, porque a sociedade precisa de novos desafios”, diz.

Para Itacarambi, do Ethos, além de impulsionarem ações de sustentabilidade, os ODS poderiam cumprir um segundo papel, com fio condutor para a criação de

Um esboço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O desenho dos ODS ainda não foi concluído, mas, em linhas gerais, devem contemplar metas e indicadores para medir a evolução quanto a:

- Proteção aos oceanos
- Segurança alimentar e agricultura sustentável
- Energia sustentável para todos
- Acesso à água e seu uso eficiente
- Cidades sustentáveis
- Empregos verdes, trabalho decente e inclusão social
- Resiliência e redução nos riscos de desastres ambientais

um novo sistema de contabilidade que supere as – bem conhecidas – limitações do PIB. “Tem uma discussão longa sobre a necessidade de uma nova contabilidade nacional. Esta seria uma forma de aprofundá-la”, completa.

FERRAMENTAS ECONÔMICAS

Em busca de escala

Mecanismos para bancar a transição rumo à economia verde até existem. O difícil tem sido sair da escala-piloto

POR FÁBIO RODRIGUES

“Falta quem pague! Qualquer mecanismo de pagamento implica alguém pagar e as pessoas não estão dispostas”, exaspera-se Carlos Eduardo Frickmann Young, ao explicar a contradição que tem impedido os esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de decolarem. A análise do professor do Instituto de Economia da UFRJ vem carregada

de ceticismo. Para ele, enquanto não houver vontade política para que o PSA seja obrigatório, dificilmente chegaremos a algum lugar. “Enquanto for voluntário, isso será o máximo que vamos conseguir”, afirma.

O xis da questão é ganhar escala. Segundo o gerente de fundos de água da The Nature Conservancy (TNC), Fernando Veiga, há um bom grau de sofisticação nos

debates. “Há alguns anos, quando fazia uma apresentação, tinha de explicar o que são serviços ambientais. Hoje, posso pular essa parte”, comemora. O que tem sido realmente complicado é sair da escala-piloto. “Estamos correndo contra o tempo. Hoje, trabalhamos com centenas de hectares, precisamos chegar aos milhares e, depois, aos milhões”, prossegue.

Para Young, não tem sido fácil, especialmente por conta da turbulência econômica. “Havia muito otimismo com a criação de um mercado mundial de carbono, por meio do qual os serviços ambientais poderiam se expandir. Mas aí veio a crise e houve uma estagnação”, diz.

É emblemático o impasse no qual as negociações do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (**Redd**) caíram. Segundo o pesquisador sênior do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Mariano Cenamo, o nó é que os países ricos hesitam em assumir metas mais ousadas de cortes em suas emissões. “Sem metas, você não cria demanda e não tem como vender créditos”, resume.

Isso não significa que tudo esteja parado. O pesquisador diz que alguns países têm definido metas nacionais – o Japão, a Austrália e o próprio Brasil estão entre esses pioneiros. Mas, sem adesão em massa, os resultados são tímidos. “A regulamentação internacional poderia transformar os créditos de carbono em commodity”, assinala.

Um levantamento recém-finalizado, conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces) e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), procurou mapear o marco regulatório sobre PSA no Brasil. Nada menos que 25 iniciativas foram reveladas na forma de leis ou decretos estaduais e federais. O problema é que elas ainda estão predominantemente sob as asas do poder público. “O que predomina são os fundos estaduais. Iniciativas de mercado são exceção”, comenta o pesquisador do GVces Guarany Osório.

No estado de São Paulo, por exemplo, 0,5% do ICMS é repartido entre cidades que tenham unidades de conservação (UCs) – programa ICMS Ecológico. Embora a medida não seja oficialmente um projeto de PSA, a assessora técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente Denize Cavalcanti informa que os repasses são significativos o suficiente para que alguns municípios tentem emplacar a criação de UCs.

A TNC trabalha desde 2005 na elaboração de programas de PSA. Segundo Fernando Veiga, há diversas iniciativas que estão “caminhando relativamente bem”, mas a falta de definição em patamar nacional tem-se tornado uma barreira. “Ainda não existe definição de quais impostos incidem sobre a renda dos produtores de serviços ambientais. Isso depende de uma lei federal”, reclama, acrescentando que esse é o tipo de detalhe fundamental para que os programas deslanchem. Para

■ O Redd foi concebido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A ideia é que os países desenvolvidos poderiam cumprir parte de suas metas de redução nas emissões de carbono, comprando créditos gerados por projetos de conservação florestal em países em desenvolvimento. A previsão da ONU era de que esse mercado teria potencial para movimentar US\$ 30 bilhões ao ano

■ O PSA baseia-se no reconhecimento de que os ecossistemas produzem uma série de “serviços” economicamente valiosos – como proteger solos contra a erosão ou regular os regimes de chuva – e busca estabelecer meios para que os usuários desses serviços remunerem seus produtores. A ideia é que o desmatamento e a degradação de rios e lagos diminuam à medida que a conservação torna-se financeiramente rentável

Veiga, pode até ser que haja uma demanda reprimida.

Segundo ele, muitas empresas estão conscientes de que faria sentido investir em serviços ambientais. Operadoras do sistema de fornecimento de água, por exemplo, podem reduzir seus custos de tratamento melhorando a qualidade da água captada. “Algumas empresas têm uma avaliação extremamente sofisticada a respeito dos recursos hídricos e percebem os riscos ambientais relacionados. Para elas, seria mais fácil investir em conservação do que precisar fechar uma unidade por falta de água”, avalia.

FERRAMENTA EFETIVA

Os esquemas de PSA não esgotam os instrumentos capazes de acelerar a economia verde. O coordenador de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima, lembra que subsídios tributários (como a renúncia fiscal) estão entre as ferramentas

mais efetivas dos governos. “Diferentemente do crédito, que é reembolsável, ao dar uma isenção tributária o governo abre mão de um recurso para incentivar determinadas atividades”, explica.

É por isso que o Ipam está iniciando um trabalho com o intuito de usar a Lei de Acesso à Informação – aprovada em novembro – para forçar a Receita Federal a fornecer dados detalhados sobre o destino dos incentivos. “O que você tem hoje são informações muito genéricas. Sabemos que, nos últimos cinco anos, o setor agrícola recebeu R\$ 40 bilhões e o industrial, R\$ 100 bilhões. A ideia é descobrir se isso seguiu algum critério ambiental”, informa.

Young, da UFRJ, vê as iniciativas existentes como esforços isolados incapazes de provocar o movimento necessário. “Não existe uma centralização nos esforços e não vejo uma agenda objetiva na Rio+20”, critica. Para Cenamo, do Idesam, estamos deixando passar uma oportunidade para inverter a lógica econômica vigente. “Você tem uma demanda mundial crescente por produtos oriundos do desmatamento, como a carne e a soja. Precisamos catalisar uma economia florestal”, arremata.

INDICADORES

A primazia do PIB em xeque

Cresce a busca por métricas que contemplem fatores de desenvolvimento que vão muito além do econômico. O desafio é ganharem legitimidade

POR MARTHA SAN JUAN FRANÇA

É praticamente consenso entre os Estados-membros das Nações Unidas que participam da Rio+20 a necessidade de buscar novas medidas de bem-estar e desenvolvimento sustentável, dada a limitação do Produto Interno Bruto para atender a esses fins. O PIB, aliás, nunca teve tal atribuição, servindo

apenas como medidor do crescimento econômico de uma determinada região.

O assunto foi colocado nos rascunhos do documento oficial e levantado pelo coordenador-executivo da Rio+20, o embaixador francês Brice Lalonde (*mais em Entrevista à pág. 14*). Para Lalonde, a Conferência

já será um sucesso se produzir um mandado para que a ONU apresente, em um prazo de três anos, um indicador alternativo ou complementar que integre as dimensões econômica, ambiental e social, e seja usado por todos os países para a formulação de políticas públicas e direcionamento do setor privado nas decisões de investimento.

Embora o PIB ainda seja a medida central usada pelos países desde a Segunda Guerra Mundial (começou como medida da produção bélica), sua primazia deixou de ser um consenso. Estudos e propostas de novos indicadores apontam para a necessidade de se usar métricas mais completas para um mundo mais complexo.

Ao ser criado, na década de 1940 – quando a perda de estoque dos recursos naturais e a escala da atividade humana no planeta era muito menor –, seu objetivo era apenas o de contabilizar o crescimento do que foi produzido em termos de bens e serviços, sem distinguir entre o que era benéfico ou não para a sociedade ou para o meio ambiente. Como explica o economista Ladislau Dowbor, professor da PUC de São Paulo, a importância era dada à intensidade do sistema produtivo, sem a distinção da utilidade do que se produz, para quem, e com que custos para o estoque de bens naturais do planeta.

Na rotina diária, por exemplo, a produção de veículos eleva o PIB, mas o indicador não subtrai de seu cálculo os efeitos perversos da poluição e dos engarrafamentos no meio ambiente, na saúde humana e na própria economia, como perdas de horas de trabalho.

A rigor, a necessidade de ir além do PIB começou a ser percebida muito antes da Rio+20. Na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, elas já foram levantadas, inclusive na Agenda 21, e o assunto voltou à baila em debates posteriores.

Em 2007, por exemplo, o Parlamento Europeu abordou o assunto e deu início a um grande movimento, com apoio da Comissão Europeia, do Clube de Roma e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além do WWF, denominado Beyond GDP (ou *Além do PIB*). A intenção era a de encontrar instrumentos mais eficientes para medir o progresso, a riqueza e o nível de bem-estar dos países. Índices que também levassem em conta assuntos como saúde, pobreza, mudanças climáticas e dilapidação dos recursos naturais.

Logo depois, o então presidente francês Nicolas Sarkozy nomeou dois prêmios Nobel de Economia – Joseph Stiglitz e Amartya Sen – para pensarem sobre o assunto. Tanto o estudo por eles apresentado em 2009 como o trabalho sobre economia verde publicado em 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) apontam os limites do PIB e pedem novas medidas que levem em conta indicadores sociais e ambientais.

Durante esse tempo, outros indicadores surgiram, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, publicado pela primeira vez em 1980, que tem como parâmetros a distribuição de renda, a educação (taxas de alfabetização e frequência) e a expectativa de vida (resultado dos indicadores de saúde e salubridade).

O IDH agrega ao cálculo do PIB alguns fatores de bem-estar, mas ainda não é suficiente. Com o tempo, outros índices foram criados, como o Better Life Index, lançado em maio de 2011 pela OCDE e atualmente avaliado em 36 países, também focado em qualidade de vida. Ele leva em conta dados sobre habitação, ambiente, saúde, satisfação com a vida, segurança e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, alguns por meio de sondagens com a população. Outro índice, como o Happy Planet Index, lançado em 2006 pela The New Economics Foundation, de Londres, avalia a eficiência ecológica com que os países proporcionam bem-estar a seus cidadãos.

Mas o mais conhecido, pela curiosidade de ter sido adotado pelo reino do Butão, na Ásia, é o índice da Felicidade Interna Bruta (FIB), que teve seu primeiro projeto-piloto executado em 2006 e mede variáveis subjetivas como bem-estar psicológico, uso do tempo, diversidade e resiliência cultural e ecológica e padrões de vida. No Brasil, a FGV-Eaesp iniciou estudos para elaborar a metodologia de um novo índice com o objetivo de fornecer os resultados ao governo federal e auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas.

“São muitos dados subjetivos que variam para cada estado e município”, afirma Fábio Gallo, professor de Finanças da Eaesp que, ao lado de Wesley Mendes, coordena a iniciativa. De acordo com Gallo, o estudo tem inspirações em diversas métricas mundiais, inclusive no FIB, mas a metodologia será própria.

Na opinião de José Eli da Veiga, professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP e estudioso do tema, nenhuma das metodologias já adotadas ou em estudo pelos países tem condições de se legitimar na Conferência.

Veiga acredita que há mais chance de a Rio+20 reforçar a proposta da pegada ecológica, adicionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas não de forma geral. “Haverá um índice específico para carbono, outro para água, nitrogênio e eventualmente biodiversidade”, afirma. A pegada ecológica é atualmente usada como um indicador de sustentabilidade ambiental para gerenciar os recursos consumidos e os desperdícios causados pela atividade humana.

FINANCIAMENTO GLOBAL

Transição:

quanto custa e quem paga?

Embora existam propostas e experiências em curso, os rascunhos da declaração final ainda são pouco claros sobre o assunto

POR MAGALI CABRAL

Definir e adotar mecanismos globais de financiamento que viabilizem ações voltadas para a transição para uma economia verde será um dos maiores desafios depois que se firmarem os compromissos da Rio+20. Embora existam propostas e experiências de vários calibres e formatos, os rascunhos da declaração final em negociação são pouco claros sobre o assunto. Seguramente, porém, o debate surgirá nos eventos paralelos à Conferência. Os mecanismos incluem sistemas de transferência de renda mais estáveis que os atuais, fundos verdes, taxação das transações financeiras em esfera global ou regional, carga tributária maior para as atividades mais poluentes da economia e incentivos fiscais para os processos produtivos sustentáveis. Conheça a seguir alguns desses mecanismos.

PNUMA

O relatório *Rumo a uma Economia Verde*, publicado em 2011 pelo Pnuma, calcula que um investimento anual de US\$ 1,3 trilhão (2% do PIB mundial de 2010) até 2050 seria capaz de dar conta da transição. Para mobilizar esses valores, o documento propõe instrumentos inovadores – a exemplo do Fundo Clima brasileiro, que empresta recursos a juros subsidiados para empresas cumprirem exigências de limpeza da matriz produtiva – e a adoção de políticas públicas inteligentes, como a eliminação de subsídios nos setores de energia, pesca e agricultura comuns na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo o relatório, os altos subsídios aos combustíveis fósseis desencorajam a transição para energias renováveis. Em contraposição, o Pnuma defende a criação de subsídios nas áreas de tecnologias

agrícolas sustentáveis e de medicamentos para países pouco desenvolvidos (*mais sobre subsídios à pág. 46*). Acesse o relatório em bit.ly/KcPprS

TAXAS TOBIN E ROBIN HOOD

A Taxa Tobin é uma proposta, até hoje nunca aplicada, de criação de um tributo internacional em torno de 0,1% sobre transações financeiras de caráter especulativo. Foi apresentada em 1972 pelo economista James Tobin, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1981. A receita gerada pelo tributo seria usada no combate à pobreza. No início deste ano, o então presidente francês Nicolas Sarkozy e a chanceler alemã, Angela Merkel, incluíram na pauta da crise econômica a implantação da Taxa Tobin como forma de conter o ritmo das especulações na zona do euro. As negociações prosseguem e a proposta já recebeu o apoio de vários países. No entanto, para dar resultado – isto é, para reprimir a voracidade dos especuladores –, a taxa precisaria ser adotada globalmente, ou pelo menos por blocos econômicos fortes, desestimulando a fuga de capitais para outros países. Começa a ganhar força também um movimento iniciado no Reino Unido que defende mecanismo semelhante: a cobrança de 0,05% sobre especulações financeiras, com a arrecadação sendo revertida para a redução da desigualdade e o combate à destruição ambiental. A proposta, batizada de Taxa Robin Hood, conta com o apoio de personalidades como Bill Gates e Desmond Tutu.

RELATÓRIO LANDAU

O estudo *As Novas Contribuições Financeiras Internacionais*, mais conhecido como *Relatório Landau*, propõe a criação de impostos ambientais sobre atividades poluidoras e bélicas para financiar pesquisas e projetos envolvendo energias limpas e iniciativas de combate à pobreza. Segundo o estudo – lançado na França em 2004 por renomados economistas e cientistas independentes –, os recursos provenientes de impostos ambientais não têm a volatilidade comum aos programas sociais de natureza voluntária. Outro argumento favorável ao imposto ambiental global é o de que, ao contrário das controversas taxações internacionais, ele não gera distorções adicionais.

Melhor que isso, funciona como incentivo para que os agentes econômicos adotem comportamentos favoráveis ao desenvolvimento sustentável, alterando padrões de consumo e adaptando tecnologias. A Austrália começará a aplicar neste mês de julho um imposto ambiental sobre as emissões de dióxido de carbono das 500 empresas mais poluidoras do país. Acesse o relatório Landau (em inglês ou francês) em bit.ly/KpNrVl.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A maior e mais antiga iniciativa global de transferên-

cia de renda em vigor é o Official Development Aid (ODA), um fundo de assistência humanitária e ajuda ao desenvolvimento destinado a países de baixa renda *per capita*. Firmado em 1969, o compromisso era de que os países desenvolvidos integrantes da OCDE alocariam 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) nesse processo. Mas as doações chegam hoje a apenas 0,3%, na média. No ano passado, a ODA somou US\$ 135 bilhões, menos do que em 2010, se computada a inflação. A expectativa é de que os países cumpram o compromisso assinado em 2005 com o programa Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de chegar à meta do 0,7% até 2015. As principais críticas à ODA referem-se à instabilidade das doações, que oscilam conforme o momento econômico, e ao fato de que alguns países as “setorizam”, vinculando-as à venda de seus produtos, o que parece mais uma ajuda às exportações do próprio país doador do que um fomento ao desenvolvimento sustentável. Há, inclusive, um pedido formal no documento oficial da Rio+20 para que esses países não imponham condicionantes à ODA.

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

As políticas públicas brasileiras para o meio ambiente e inclusão social têm sido destaque no mundo. Um exemplo é o Fundo Clima, criado há dois anos pelo Ministério do Meio Ambiente, que destina recursos, reembolsáveis ou não, para projetos de mitigação de efeitos das mudanças climáticas e preservação ambiental. Há também o Bolsa Verde, que pretende beneficiar mais de 70 mil famílias pobres que vivem em unidades de preservação ambiental, e o Fundo Amazônia, de apoio a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento no bioma amazônico. Além desses, há mais de uma centena de projetos de inclusão social em vigor, entre os quais Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos e Auxílio Gás.

Como reduzir os incentivos perversos?

Em tempos de crise e sob a batuta do crescimento a qualquer custo, os governos acabam dando uma mãozinha para a “economia marrom”

POR MARTHA SAN JUAN FRANÇA

Durante décadas, os subsídios foram utilizados como instrumentos de política econômica e comercial sem consideração quanto a aspectos socioambientais hoje indispensáveis na transição para uma economia verde. O resultado é um sistema perverso de incentivos, que contribui para a manutenção de uma economia altamente emissora de gases de efeito estufa, no caso do petróleo e outros combustíveis fósseis; e para o controle do mercado por parte dos países ricos em detrimento dos mais pobres, no caso dos subsídios agrícolas.

A questão dos subsídios está sendo levantada tanto no documento oficial ainda em discussão a ser assinado pelos chefes de Estado e governo na Rio+20 como no relatório do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global da ONU *Povos Resilientes, Planeta Resiliente – um futuro digno de escolha*.

A questão é delicada, considerando-se que, em tempos de crise e sob o argumento de que é preciso fazer a economia andar e estimular o consumo, os governos acabam dando uma mãozinha direta ou indiretamente para setores que não costumam ser identificados com a sustentabilidade.

Não é preciso ir longe. No Brasil, como já havia ocorrido em novembro de 2008, o governo anunciou recentemente uma série de medidas para incentivar a indústria automobilística como forma de estimular o consumo diante de taxas de crescimento econômico preocupantes. A medida faz pouco sentido quando se avalia que o transporte de veículos particulares movidos a com-

combustíveis fósseis aceleram o efeito estufa e aumentam a insustentabilidade das cidades. Sem contar a prática de manter o preço da gasolina abaixo das cotações do petróleo para evitar impactos inflacionários na economia, o que prejudica a indústria do etanol.

Segundo estudo da Agência Internacional de Energia (AIE), os subsídios dos combustíveis fósseis (gás, petróleo e carvão) totalizaram US\$ 409 bilhões em 2010, uma alta de 36% sobre o ano anterior. Em comparação, as fontes renováveis receberam apenas US\$ 66 bilhões de subsídios no mesmo período.

O estudo enfatiza que, sem uma reforma no sistema, os fósseis devem receber US\$ 660 bilhões por volta de 2020. E assinala, como já havia feito a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o corte no apoio financeiro a esses combustíveis seria uma das medidas mais eficazes para combater as mudanças climáticas. A agência também revela que apenas 5% a 10% do volume total de subsídios aos fósseis destinam-se à faixa dos 20% mais pobres da população mundial.

O documento em discussão na Rio+20 menciona o comprometimento dos países a eliminar progressivamente os subsídios à agricultura e à pesca predatória. No caso da agricultura, os subsídios de países desenvolvidos distorcem mercados e minam a competição, quando os governos pagam para os agricultores a diferença entre os custos de produção e o valor dos produtos agrícolas no mercado internacional.

No caso da pesca, o relatório sobre economia verde do programa ambiental da ONU (Pnuma) calcula que os subsídios, estimados em torno de US\$ 27 bilhões por ano, resultam em mais danos do que ganhos a longo prazo para as economias nacionais e o bem-estar social, além de diminuir a biodiversidade dos oceanos e rios.

Produzir e conservar

O Brasil potência em agricultura também tem a oportunidade de se tornar potência em economia florestal e um modelo de conservação para o mundo. Convidamos representantes dos setores produtivo e ambientalista a defender suas posições, explorando divergências e convergências de pensamento POR AMÁLIA SAFATLE

PONTO

De que forma o setor produtivo agropecuário pode e deve contribuir para a transição rumo à economia verde e inclusiva?

A expressão economia verde inclusiva parte do princípio de que as pessoas precisam ter acesso a alimentos, água, energia, moradia adequada, saúde e trabalho dignos, e que possam viver em um ambiente saudável. Na medida em que adote em larga escala práticas de baixa emissão de carbono, tenha acesso a tecnologias, ganhe produtividade e desenvolva uma relação de equilíbrio entre produção e conservação ambiental, a agricultura vai se tornar cada vez mais um pilar fundamental da economia verde brasileira.

O Icone está trazendo para a Rio+20 propostas práticas nesse sentido? Se sim, quais são elas exatamente?

Como um *think tank* que estuda a interdependência da agricultura com as pessoas (segurança alimentar), mudança do clima e biodiversidade (meio ambiente), comércio (demanda por alimentos e energia), o Icone levará para o Rio uma análise da agricultura brasileira até 2030. Como aumentar a produção e contribuir para a redução do desmatamento? Quais os gargalos para recuperar áreas degradadas e intensificar a pecuária? Serão alguns dos pontos de um estudo para a Rio+20.

Por que o setor produtivo defende o aumento de áreas para agricultura e pecuária? O setor não considera que as áreas já desmatadas (incluindo as degradadas) já são suficientes?

A expansão da agropecuária não depende unicamente do desmatamento, em razão da recuperação de áreas degradadas, da intensificação da pecuária e do aumento da produtividade. Mas não é factível pensar em desmatamento zero, pois a demanda por alimentos cresce com vigor, mais rápido do que a produtividade. Assim, faz sentido e será necessário converter áreas para uma agricultura

Rodrigo Lima, gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) e pesquisador da RedeAgro



extremamente produtiva, como em algumas regiões no Cerrado. Note que se trata de desmatamento planejado, pontual e legal.

Mas por que abrir novas fronteiras? O aumento da produtividade não seria suficiente para elevar o volume produzido e atender às demandas do mercado consumidor nas próximas décadas? Que projeções existem nesse sentido?

Sem dúvida o aumento de produtividade, a capacitação dos produtores e o desenvolvimento de novas tecnologias serão fundamentais para aumentar a produção. O *Outlook 2022*, lançado pelo Icone com a Fiesp, prevê que até 2022 a expansão demandará cerca

de 4 milhões de hectares de novas áreas. Isso significa desmatamento anual de 400 mil hectares, muito abaixo da meta estabelecida pelo governo brasileiro para cumprir os compromissos firmados na Convenção do Clima. E outros 5 milhões de hectares virão das pastagens, parte disso recuperando áreas degradadas.

O setor produtivo entende a conservação ambiental como um elemento-chave para a sustentabilidade do agronegócio, por meio de equilíbrio climático, conservação de solos e da biodiversidade, regime de chuvas, que afetam diretamente a produção? Se sim, por que existe um permanente embate entre o agronegócio e os ambientalistas? Por que não explorar a agenda convergente?

Sem dúvida, conservação é chave para o setor produtivo. O embate entre agricultura e ambiente vem em grande parte do lado dos ambientalistas. Hoje existem muitos agricultores que acham que ONGs são inimigas e isso não traz convergência. Infelizmente o debate do Código criou um ambiente de guerra entre meio ambiente e produção que prejudica uma agenda construtiva. Há 251 milhões de hectares de florestas nas fazendas brasileiras, isso precisa ser reconhecido.

Por conta da Rio+20, os olhos do mundo estarão voltados para o Brasil, não apenas por ser anfitrião, mas por ser considerado potência ambiental e dono de um rico e estratégico capital natural. O agronegócio, à parte ser reconhecido pelo protagonismo agrícola brasileiro no cenário mundial, como celeiro do mundo, não corre o risco de passar para a opinião pública a imagem de vilão, ao contribuir para a dilapidação desse capital natural que constitui a

base do desenvolvimento de uma competitiva economia florestal e de serviços ambientais?

Vilão por conta da reforma do Código? É preciso esclarecer que quase 90% das fazendas precisarão se regularizar e ninguém terá autorização para desmatar. Vejo que todo o ônus pelo combate ao desmatamento recai sobre o produtor agrícola. E o papel do Estado? A nova lei não abre as portas para uma enxurrada de desmatamento, mas prevê alternativas de regularização. É engraçado que não se fala nas florestas protegidas pelos produtores! Que país tem o ativo de vegetação nativa das fazendas brasileiras?

A pecuária e a agricultura são os fatores que mais contribuíram para a pressão exercida sobre recursos naturais no País, conforme estudo do WWF sobre pegada ecológica. Ao mesmo tempo, o Stockholm Resilience Centre (leia “O Tripé da insustentabilidade”, edição 63) mostra que, das nove maiores ameaças ecológicas globais, as que já ultrapassaram a fronteira são, nesta ordem, perda de biodiversidade, fertilizantes nitrogenados e mudanças climáticas. As três bastante relacionadas à atividade agropecuária. O setor produtivo sente-se responsável por isso? Como pretende reverter esse quadro?

Produzir comida tem impacto em qualquer lugar do mundo. Todos nós, que podemos e precisamos consumir, temos que nos sentir culpados? A solução é parar de produzir? Penso que não. A saída é reduzir emissões com boas práticas, como integração lavoura pecuária e plantio direto. É ter florestas plantadas na propriedade, é plantar pasto, que, além de sequestrar carbono, engorda os animais. É fazer uso racional de agroquímicos, fertilizantes e de água. Essa é a agenda da agricultura sustentável brasileira.

governo federal e ao País serão muito fortes. Quem promove um encontro com essa envergadura, no mínimo, tem que dar o tom, o exemplo. Vários tratados importantes foram assinados aqui em 1992 – de biodiversidade e de clima – e o Brasil está em evidência nesses campos. Portanto, é um momento de reflexão: vamos entrar em uma era de retrocessos, para atender a uma agenda nacional agrodesenvolvimentista, ou nos direcionar de fato para a nova economia? Políticas e direitos socioambientais são vistos por este governo como impedimento para implementar o que ele entende por desenvolvimento sustentável: apenas crescimento e combate à miséria.

Que ações práticas de mobilização, articulação e comunicação estão sendo preparadas?

Propomos o desdobramento da campanha Floresta Faz a Diferença. Com o veto parcial no Código Florestal, e a edição da MP 571/12, o debate se prolongará após a Rio+20 com riscos de mais retrocessos. Outra articulação é a proposta do IDS e várias outras instituições importantes do cenário socioambiental brasileiro – como SOS Mata Atlântica, Ipam, ISA, Imazon – de se criar um processo permanente, anual, de avaliação das políticas socioambientais no Brasil. A ideia é que todo ano possamos reunir um conjunto de organizações e personalidades atuantes em diferentes campos do desenvolvimento sustentável e promover um “relatório de desempenho socioambiental” feito pela sociedade civil organizada, com indicadores e processos de avaliação.

Sabemos que nossas florestas representam um enorme capital natural, contribuindo para alçar o Brasil ao status de potência ambiental. E que, além das políticas de comando e controle necessárias, os instrumentos econômicos podem jogar a favor da conservação. Mas como avançar nessa agenda se a própria sociedade civil está rachada, com várias entidades declarando-se contra a “economia verde” e contra o uso desses instrumentos?

Esse debate está mal colocado, não pode ser tratado de forma simplista e opondo campos da sociedade. O que somos contra é o discurso verde para despistar as questões de fundo (modelo de produção e consumo) e continuar fazendo o que está aí. Ninguém é contra, por exemplo, incentivos tributários para atividades econômicas de baixo carbono, nem mais crédito para economia florestal extrativista. Tem um setor do movimento social que é contra o Redd por entender que se trata de mercantilização do clima, da biodiversidade, da água. Mesmo quem defende o Redd, como o Ipam, defende não como projetinhos para beneficiar grandes proprietários de terras na Amazônia. Mas sim como um programa com envolvimento dos governos federal e estaduais para o fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e populações das florestas, com medidas para a garantia de direitos territoriais e sociais e também a inserção produtiva desses povos e comunidades. Não é um instrumento dissociado de uma realidade social, carente de investimentos, de recursos, de apoio e de reconhecimento de seu papel na conservação da biodiversidade e dos serviços ambientais.

Sem que haja uma mínima coesão prévia, como o movimento socioambientalista pode defender as florestas?

talvez não haja ainda em relação ao Redd. No mais, há, sim, coesão em relação ao papel da agricultura familiar e dos povos das florestas na conservação e uso sustentável da biodiversidade, na necessidade de uma lei florestal moderna e que aponte para a economia do século XXI e na necessidade de incentivos robustos ao uso sustentável das florestas, com apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Em relação ao Redd, o problema é que o governo não apresenta nenhuma proposta concreta, não avança em uma estratégia nacional voltada para a redução de emissões por desmatamento, nem em uma política nacional de serviços ambientais. Sem posição clara do governo, não há agenda. E, sem agenda concreta, o debate se torna muito abstrato, ideológico e conceitual.


Ao passar sua mensagem, o Ipam considera mais difícil convencer as alas mais radicais do socioambientalismo ou o setor ruralista e do agronegócio? É mais difícil convencer o Congresso ou a presidente Dilma?

A presidente Dilma, ao ter uma lei de clima que estabelece metas de redução de emissões, precisa pôr sobre a mesa uma proposta concreta para a economia de baixo carbono. É o inverso: ela é que tem que convencer a sociedade de que sua proposta é consistente a ponto de colocar o Brasil como protagonista no cenário internacional. Mas esse debate sobre economia verde, ou nova economia, não está pautado pelo governo. Levantamos no Ipam: dos R\$ 550 bilhões de renúncia fiscal para incentivar a economia, menos de R\$ 1 bilhão foi para saneamento, em 5 anos. Menos de R\$ 200 milhões foram para gestão ambiental.

O que a gente tem de concreto são R\$ 200 milhões por ano no Fundo de Clima, R\$ 100 milhões no Fundo da Amazônia. O Plano ABC do Ministério da Agricultura parece querer decolar. Mas, enquanto isso, o governo oferece dezenas de bilhões para incentivar uma agenda que passa ao largo da tal economia verde. O importante para este governo é PAC com hidrelétricas na Amazônia, Pré-Sal, consolidação de desmatamento ilegal do agronegócio, mineração e setor automobilístico. O resto eles no máximo aturam.

Que argumentos o Ipam considera como os mais efetivos na defesa do desenvolvimento de uma economia florestal?

Se o Brasil é a potência hoje na economia do agronegócio com cerca de 30% do território utilizado para agricultura e pecuária, inclusive de baixíssima produtividade, o Ipam não tem dúvidas de que o Brasil pode ser uma potência florestal e socioambiental maior ainda, considerando que temos mais de 50% do território coberto por ecossistemas nativos.

Se investíssemos a metade do que foi investido para agricultura e pecuária em terras, infraestrutura, ciência e tecnologia (Embrapa), crédito e seguro nos últimos 30 anos, alcançaríamos em um tempo muito mais curto índices expressivos de sustentabilidade econômica e socioambiental em atividades florestais. A questão é que a classe política hegemônica brasileira se apropriou de um conceito de desenvolvimento sustentável do século passado. A base ruralista no Congresso está mais preocupada em resolver no tapetão seu passivo ambiental e em sanar sua dívida agrícola do que propor um novo sistema de investimentos para uma economia sustentável. 

CONTRAPONTO

De que forma as organizações socioambientalistas pretendem chamar atenção para o tema das florestas na Rio+20, aproveitando que a Conferência se realiza no Brasil e os olhos do mundo estarão voltados para cá?

Entre as várias iniciativas, destaco o que chamamos de “retrocesso na agenda socioambiental”. O Código Florestal é a questão mais simbólica e real, mas tem outros problemas, como a mudança no regime de homologação de Terras Indígenas e de criação de Unidades de Conservação e a aprovação da Medida Provisória que reduz o tamanho de oito UCs na Amazônia. Além da redução em si, o preocupante é a forma como isso se dá. Pela primeira vez na História, temos uma proposta de um presidente da República para redução de UCs, para atender especificamente usinas hidrelétricas e mineradoras em regime de relevância e urgência. Criou-se um novo método de redução de áreas protegidas que passa a ser processado em regime de urgência e que sabemos já será usado novamente em breve para redução de novas UCs para viabilizar novas usinas hidrelétricas na Amazônia.

Como esse momento internacional pode ser aproveitado politi-



André Lima, assessor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e sócio-fundador do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

camente para fortalecer a mensagem socioambiental tanto perante o governo federal em relação a todas essas tentativas como perante o setor agropecuário?

Pelo fato de o Brasil ser a grande vitrine, o constrangimento ao

Dias de luta

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO LUCAS CRUZ

A sociedade civil – um caldeirão formado por múltiplos atores com as mais diversas posições – chega à Cúpula dos Povos com posições contundentes. Os ataques começam pela escolha de “economia verde” como um dos temas centrais da Rio+20, e se desfiam pela forma como a expressão foi conceituada e apresentada pela ONU. O temor é de que não se conquistem mudanças mais profundas no modelo de desenvolvimento. Nesta entrevista, o coordenador da Cúpula dos Povos, Pedro Ivo Batista, conta como foi difícil costurar um grupo tão heterogêneo e revela que, no fundo, o que serve como aglutinador de tantos “povos” é a luta anticapitalista.

Por que a Cúpula dos Povos decidiu boicotar a conferência oficial?

Ela não decidiu isso. O Comitê Facilitador decidiu que a Cúpula, enquanto tal, não iria para a conferência oficial, mas liberou suas entidades a participar.

Mas a orientação às entidades foi para não participar, certo?

Há duas coisas. Tem os Diálogos, que o governo está promovendo – em relação a isso a posição foi mais forte, mais dura, porque avaliamos que é pouco diálogo, pois o governo escolhe quem fala, quem entra. E tem a conferência oficial. Como a Cúpula é formada por uma diversidade de organizações, que vai desde as que defendem que devemos participar da Conferência até outras que acham que o resultado será ruim e é melhor não ir, chegamos ao seguinte acordo: para manter a unidade, não iremos enquanto Cúpula. Mas as nossas entidades, individualmente, se assim desejarem, podem ir. A Cúpula é o espaço no qual vai se reunir a sociedade civil mundial, mas quem a organiza é o Comitê Facilitador, que é composto de várias redes e entidades do Brasil e de fora. O Comitê só se expressa publicamente quando há um grande consenso. Quando não há, cada uma das entidades participa como quiser. Por exemplo, as ambientalistas vão participar e interagir.

Nos Diálogos, a participação deve ser bem reduzida?

Sim, sabemos de algumas entidades que vão, porque têm autonomia. Mas, nesse caso, fizemos um documento mais forte. Porque entendemos que a forma como pensaram essa iniciativa foi muito restritiva, ainda mais em um país que já tem um espaço de participação popular, conferências, conselhos.



É membro do grupo de articulação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, coordenador da Cúpula dos Povos e conselheiro da Associação Alternativa Terrazul. Foi assessor especial do Ministério do Meio Ambiente na gestão Marina Silva, coordenou a Agenda 21 Brasil, participou do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e integrou a Executiva da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Quais foram os problemas que vocês identificaram nos Diálogos?

O primeiro foi a agenda de debate: a gente queria que entrasse floresta – acabou entrando depois –, clima e biodiversidade. O segundo é o fato de ser um debate sem participação das pessoas que vão assistir. O governo convidaria 2 mil pessoas, teria dez pessoas na mesa de diálogo, essas pessoas conversariam entre si, mas quem está na plenária não teria interação nenhuma. Outra coisa muito complicada é que os Diálogos (*16 a 19 de junho*) acontecem durante o período da Cúpula (*15 a 23 de junho*)

A Cúpula já estava marcada antes da Conferência?

Já, então os Diálogos deveriam acontecer antes e abrir esse processo. Ou fortalecer ainda mais a Cúpula, que já é um diálogo. O governo, inclusive, nos disse que nessas mesas não haverá ninguém do governo brasileiro, o que é esquisito.

Essas críticas foram levadas ao governo?

Foram levadas tanto ao Itamaraty como ao Ministério do Meio Ambiente, como à Secretaria-Geral da Presidência da República. Eles mudaram alguma coisa, justiça seja feita, mas não nos fez alterar a posição. Nós entendemos o processo da Rio+20 como de diálogo e debate, mas também de mobilização e luta. Porque sabemos também que, dependendo da pressão da sociedade, isso pode influenciar no resultado da ONU – mesmo cientes das limitações, porque o processo da ONU já começou, tem as “precons” (*reuniões preparatórias*), que decidem sobre o documento. Estamos apostando na mobilização social, na pressão do cidadão, que não precisa estar organizado e pode usar as mídias sociais, seu Twitter, seu Facebook, para que a gente não tenha na Rio+20 um grande fracasso.

Estar lá, fisicamente, no espaço oficial, não criaria mais pressão?

Em minha opinião, cria. Tanto que boa parte das organizações que compõem a Cúpula estará lá. É preciso que o governo diga quem será a delegação brasileira para a Conferência. Pelo menos nós, os ambientalistas, reivindicamos que na delegação tenha representação da sociedade civil. Não queremos só ouvir, e, sim, participar.

Como a sociedade civil fará a sua pressão para que o debate evolua na direção do que ela quer? O que já foi planejado? Até porque a Cúpula fica do outro lado da cidade em relação à Conferência oficial.

Nós estamos do outro lado da cidade, mas queriam nos colocar ainda mais longe. Foi uma conquista fazer a Cúpula no Aterro do Flamengo, que foi uma escolha nossa. Se ficassemos muito perto do Riocentro, estaríamos muito longe das pessoas, dos cidadãos. Vamos começar no dia 15 de junho, antes da data da Conferência oficial, promovendo um debate para além da agenda da ONU, que é muito restritiva – economia verde e governança. Nossa agenda é mais ampla, queremos debater o modelo de desenvolvimento e, portanto, o direito das pessoas que já estão sendo afetadas pela mudança climática, pela crise ambiental, pelos problemas socioambientais nas cidades. Queremos discutir não apenas através do olhar do mercado, mas do olhar da vida. Não aceitamos uma possível mercantilização da natureza – por isso falamos que a Cúpula é por justiça social e ambiental em defesa dos bens comuns.

Um exemplo disso foi o lançamento da campanha Não à Economia Verde?

Sim, a campanha foi para mostrar que a solução que está vindo da proposta da ONU sobre economia verde não contempla o conjunto da sociedade. Quando essa ideia surgiu, no fim da década de 1970, início dos 80, surgiu muito em função dos movimentos ecologistas, dos partidos verdes europeus. A ideia da economia verde era muito interessante, porque representava uma alternativa ao modelo que está aí. Depois, avançamos para além disso. Na Rio 92, chegamos a discutir o desenvolvimento sustentável. Entrou o social, o econômico, discutimos que precisava de uma agenda para implementar o desenvolvimento sustentável do século XX ao XXI, que foi a Agenda 21, e nós conseguimos aprovar um conjunto de convenções e tratados. O problema é que a implementação é muito baixa. Então, o que a ONU fez? No lugar de debater como implementar, reduziu tudo isso à discussão da economia. E é um momento muito ruim para a discussão da economia, com os países desenvolvidos todos na retranca, e com isso a tendência é que a economia verde seja capturada pelas corporações que já mandam no planeta.

Quando se coloca a pauta “economia verde”, há muitas interpretações e pouco consenso sobre a sua definição. Mas essa pauta não seria uma oportunidade para discutir o modelo de desenvolvimento? No fundo, não estamos todos falando a mesma coisa?

Não, porque a resposta para o modelo de desenvolvimento não pode ser só econômica.

Mas a economia é o instrumento a ser usado para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Esse é o pensamento hegemônico. Nós não somos contra a economia. É que o pensamento linear, que não usa a complexidade, o pensamento hegemônico, vem tratando essa questão de forma fragmentada, não integrada. A solução para discutir o modelo é debater a economia, mas também o social, o cultural, o ambiental...

O grande nó dessa crise que a gente vive passa pela economia, foi gerado pela formas de produção e consumo. O grande nó da sustentabilidade é econômico.

O grande nó é o pensamento.

A causa dos problemas está em como a economia se desenrola.

A causa está na forma como se pensa a economia. O paradigma é que é o grande nó. Porque o que está sendo dito que é economia verde, pelos documentos da ONU, não é economia verde no sentido mais amplo que estamos discutindo aqui. E, sim, uma economia, em um momento de crise, que não leva em consideração os direitos das pessoas, as populações insulares, os mais pobres, os negros... não integra economia com ecologia, com o social, com o cultural, com a governança, com a democracia. É como se tivéssemos reduzido a nossa pauta. Não adianta eu dizer que quero fazer economia verde se o paradigma continua o mesmo. Senão, plantar soja indiscriminadamente, fazer monocultura orgânica, que concentra terra, tudo isso será “economia verde”. E aí os bancos vão financiar isso com o nome de economia verde. A nossa proposta é muito mais complexa

A ONU, no lugar de implementar a Agenda 21, reduziu tudo isso à discussão da economia

e profunda. Porque muitas comunidades já estão fazendo outras economias, sem ser reconhecidas. Como fica todo o movimento internacional da economia solidária? E a construção de produções florestais com manejo comunitário? E as populações indígenas que conseguiram avançar no seu modelo de produção e organização? E a agenda de novas tecnologias? E como as comunidades podem participar da repartição dos benefícios dos lucros?

Parte do problema está na implementação, e isso é sinal de que a governança não está bem, porque é ela que ajuda a implementar. Então, essa crítica à economia verde não é uma coisa abstrata.

Mas há na sociedade civil um entendimento de que os instrumentos econômicos são importantes para ajudar a viabilizar as mudanças?

Sim, há esse entendimento. É que na Cúpula há uma grande diversidade...

...com organizações que nem querem ouvir falar de instrumentos econômicos, não é mesmo?

Não é que não querem ouvir falar, é que não acham que a conjuntura seja favorável para discutir instrumentos econômicos.

E então qual é a proposta que entra no lugar, uma vez que vivemos sob um sistema capitalista?

Vivemos, mas não somos obrigados a viver nele eternamente.

Então a proposta é acabar com o capitalismo? Não se pensa em reformar o capitalismo?

A proposta é formar uma sociedade sustentável.

O capitalismo não pode levar à sustentabilidade se ele for reformado?

Na minha opinião, não. Precisa ser outro sistema. Estamos falando de uma nova utopia. Tanto o socialismo real como o capitalismo que existe não dão conta do problema da sustentabilidade.

Desde que a humanidade se organizou em cidades e pratica a agricultura, temos um arquétipo do qual é difícil fugir: sempre se vai produzir e sempre se vai consumir.

Tem como fugir, sim, pelas formas como se organizam a produção e o consumo.

Mas isso também é economia.

Isso é ecologia. Também. Tanto que economia e ecologia têm a mesma raiz. Uma ordena a casa e a outra cuida da casa. Isso nunca deveria ter sido separado. Foi separado porque o pensamento considerado científico, principalmente do século passado, separou as ciências. Hoje, a gente percebe que, como tudo está interligado, a ciência também deve ter um olhar múltiplo, tanto na formal como nos saberes populares. Tenho que consumir, mas quem disse que eu tenho de consumir uma Klabin ou um McDonald's? Ou um consumo exacerbado de descartáveis, ou de frutas com agrotóxicos?

Mas essa é uma discussão sobre economia verde, certo?

Essa é uma discussão sobre sustentabilidade. O debate sobre economia verde, para nós, teria que relacionar todas as economias, os pequenos, os médios. Claro que os grandes também, que têm escala, e precisamos pressioná-los para mudar. Quando eu era pequeno, no Ceará, e ficava doente, me davam maçã para comer. Hoje, muitas maçãs têm 40, 50 tipos de agrotóxicos. A gente não sabe por que tantas pessoas adoecem de câncer. Queremos essa discussão que leve em conta a qualidade de vida.

Se ecologia e economia têm a mesma raiz, quando se faz um manifesto contra a economia verde pela forma como ela foi colocada, isso não acaba reforçando o racha, em vez de buscar a convergência?

Não, se você disser o que você quer. O que queremos é uma economia sustentável, que leve em consideração as florestas, os oceanos, a questão climática, a social, a cultural.

E isso não está na definição da ONU?

Não. O documento da ONU é limitadíssimo, muito fraco. Quicá isso se altere. Toda essa pressão pode levar a alterações, mas é bom que se diga: essa pressão não é só para a ONU, e, sim, visa a conscientização e a mobilização da sociedade. Porque a Rio+20 passará em junho e queremos continuar para além da Rio+20. Então, nossa pressão é para o conjunto da sociedade. A gente não tem muita ilusão, porque o sistema ONU é difícil, só funciona por meio de acordos, consensos, e os países estão sempre em contradição, como EUA e China. Ali tem de tirar leite de pedra.

Este é o momento de intensificar as críticas ao papel da ONU como grande tomador de decisão? A sociedade civil está buscando maior permeabilidade na governança global, e algumas propostas vêm sendo feitas no sentido de uma liderança bipartite, não é?

Essa discussão de governança é um pouco distante das organizações sociais, embora muito importante. É distante porque as pessoas não entendem nem o próprio governo, quanto mais a governança mundial. Mas você tem razão, já tem muita coisa sendo debatida.

A começar do movimento Occupy Wall Street, que são os 99% versus o 1% que detém o poder político e econômico.

Sim. O Occupy estará com a gente, na Cúpula dos Povos.

Haverá uma espécie de Occupy Rio, um Occupy ONU?

Não sei o tamanho disso ainda, mas eles estarão representados.

Existem dois tipos de questionamentos: um de reformar o modelo, porque muitos dizem que, se é ruim com a ONU, pior sem ela, se não tiver nenhuma mediação no sistema mundial. É um questionamento que, se temos uma nova revolução da comunicação em curso na sociedade em rede (*tema da edição 63 de PÁGINA22*), se a gente avança na democratização e no acesso à cultura, e se a gente tem a internet universalizada, isso tudo vai alterar muito o sistema político.

O sistema representativo que conhecemos hoje será paulatinamente – não sei em quanto tempo – combinado com o novo modelo de participação, ou inteiramente substituído. Se eu posso começar a me representar sem a intermediação dos que estão me representando mal, aí a democracia será direta. Não temos ainda a dimensão da revolução que será isso em nossas vidas, como foi a revolução da mídia impressa e de massa. Esta agora é uma revolução em escala ainda maior que as outras, porque as novas tecnologias da informação são desintermediadoras, e já estamos usando isso, com redes sociais integradas com mídia de massa.

A mudança pode vir por aí?

Já está acontecendo. Existem alguns que querem barrar a mudança, há outros que não acreditam nela e ficam numa espécie de estado de letargia.

Quando a gente fala em sociedade civil, fala em um conjunto muito heterogêneo, com muitas vozes dissonantes, divergentes. A gente inclusive se esquece de que, conceitualmente, as empresas fazem parte da sociedade civil, certo?

O segmento empresarial não é considerado na Cúpula dos Povos, não participa dela.

Mas não seria bom que participasse, para haver interação, para haver o debate e o embate?

As empresas, acho que não. Porque a Cúpula tem um olhar de movimento social. É meio esquisito uma empresa tirar uma plataforma para fazer uma mobilização, uma greve, um acampamento... Mas a liderança empresarial, principalmente essa liderança moderna, antenada com o futuro, vejo que seria muito legal se estivesse.

Por exemplo, organizações como o Ethos, o Cebds...

Exatamente: são lideranças empresariais. Estão lá como cidadãos, que são empresários e que dialogam com a agenda socioambiental – mas não houve consenso em relação a isso na Cúpula. O que não impede que haja um diálogo. E que a gente possa estar juntos para avançar a agenda. Vamos estar juntos com quem queira avançar. Se for o governo, também. O fato de o governo não estar representado lá foi uma opção nossa, para separar, para ter autonomia. Esse pensamento (*de abertura para o diálogo com as empresas e o governo*) é mais das organizações socioambientalistas. Mas a Cúpula também é formada por movimentos sociais, sindicatos, então é mais complicado.

Imagino que a costura disso tenha sido bem difícil.

Sim, foi um ano e meio de debates. Diante da dispersão dos movimentos e entidades, fizemos uma opção de tentar convergir.

Os governos de esquerda são tão atrasados e desenvolvimentistas quanto os outros

O que é que dá a liga?

Primeiro, o que “desligou”? O adversário ficou difuso. Antes da chegada na América Latina de muitos governos populares, como Lula, Hugo Chávez, Evo Morales e Fernando Lugo, tinha-se um adversário muito claro: os neoliberais. Mas o fato é que a maioria dos governos não resolveu os problemas socioambientais. Como no início houve muitos avanços, especialmente quando a Marina Silva era ministra, houve uma divisão, com uma parte muito crítica ao governo, outra parte aderente e gente com muita expectativa de que os problemas poderiam ser resolvidos gradativamente.

Essa diversidade é boa ou ruim?

Não é ruim, mas é mais difícil. Quando não se vislumbra bem o adversário, ele fica difuso. Para suplantar isso, precisa ter um grau de disposição muito grande, como agora na Cúpula dos Povos.

Então o que dá a liga? O inimigo comum é a economia verde?

A maior parte não pensa assim. Lógico que a economia verde como está sendo proposta pela ONU é um inimigo comum. Assim como a economia suja, o desenvolvimento sujo. E está caindo a ficha das organizações e entidades que, apesar dos governos de esquerda, esses problemas não foram resolvidos. Os governos de esquerda fizeram coisas boas, mas são tão desenvolvimentistas e atrasados quanto os outros.

Então, o que unifica? A vontade de se juntar de novo, porque a conjuntura é muito difícil. E juntar-se em cima de alguns patamares gerais, de que devemos defender os direitos difusos da natureza, das pessoas e das futuras gerações. Tem de ter políticas públicas consistentes para ajudar o Brasil e o planeta nessa crise que virou civilizatória. É importante ter diversidade, ficar um pouco solto, ter as atividades “autogestionadas” – em que cada um tenha liberdade de mostrar o que está fazendo – e, ao mesmo tempo, atividades que serão convocadas pela Cúpula – as de convergência e as gerais –, sobre três eixos básicos: as falsas soluções (como essa proposta de economia verde), as nossas soluções (ou seja, o que temos de propositivo), e um plano de lutas e ação.

O desafio é se depois vamos abraçar essas bandeiras. Eu acho que vamos, e cada um levará isso adiante com as suas características. ■

Construindo uma fábrica EcoFactory para colaborar com um futuro sustentável. É a Toyota pensando mais longe.

Respeite a sinalização de trânsito.

Emissões de CO₂

Os processos de maior eficiência reduzirão o consumo de energia elétrica e gás natural, **diminuindo 35%** das emissões de CO₂.

Cinturão Verde

Um cinturão verde recriará a floresta original da região. Serão **plantadas cerca de 400 mil mudas de espécies nativas** com uma metodologia que favorece o crescimento acelerado das plantas.

Resíduos

Nenhum resíduo irá para aterros sanitários. Serão priorizados materiais recicláveis, e resíduos industriais se tornarão matéria-prima e fonte de energia para fornos de cimento.

VOC

O uso de água em substituição ao solvente orgânico na pintura vai **reduzir em 60%** as emissões de compostos orgânicos voláteis (VOC).

Água

Um sistema fechado de reaproveitamento de água **reduzirá o consumo em mais de 50%**.



A Toyota apoia outras ações por meio da Fundação Toyota do Brasil. Para mais informações, acesse www.fundacaotoyotadobrasil.org.br



5 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente





Divisores da sociedade civil

Em um caldeirão de múltiplas visões, a abertura para dialogar com o governo e o setor privado é uma das divergências. Também se questiona até que ponto a economia verde significa uma mercantilização da vida

POR SUCENA SHKRADA RESK FOTOS LUCAS CRUZ

Um cenário histórico parece redesenhar os jardins de Burtle Marx, na região do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Um evento paralelo, organizado por coalizões da sociedade civil e denominado Cúpula dos Povos, reunirá dezenas de milhares de pessoas que chegarão de todas as partes do mundo, compondo uma babel fervilhante de idiomas, etnias, aspirações. Envolvido em múltiplos projetos de transformação social, cada grupo nutre distintos graus de oposição às políticas de quase todos os governos e da própria ONU.

Desde a Rio 92 – um divisor de águas nas relações internacionais envolvendo ambiente e desenvolvimento –, a discussão sobre o papel e as necessidades da própria sociedade civil foram acumulando as complexidades do mundo atual, em que temas como economia verde e governança global – centrais durante a Rio+20 – tornam-se especialmente desafiadores diante da crise socioeconômica mundial.

Os maiores questionamentos giram em torno de dúvidas quanto ao fato de a economia verde significar ou não a mercantilização da água, do ar e dos recursos naturais e a até que ponto isso compromete a justiça socioambiental. Além disso, embora conceitualmente façam parte da sociedade civil, as empresas não integram a Cúpula dos Povos e constituem mais um ator em relação ao qual há profundas divergências.

Não é uma costura fácil: as mais de 50 redes nacionais e internacionais que compõem o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 se debruçam há um ano e meio para tecer os objetivos da Cúpula dos Povos. Tamanho esforço reflete a multiplicidade de causas e interesses, desde os dos povos tradicionais e indígenas, de sindicatos de trabalhadores, movimentos de mulheres até os dos socioambientalistas, entre outros. Uma dificuldade adicional citada pelo Comitê é a limitação



O que existe de diferença entre as organizações da sociedade pode ser interpretado como uma demarcação de campo, diz antropóloga

Como apoio à infraestrutura do evento, o governo brasileiro disponibilizou R\$ 11 milhões, segundo os organizadores

Atividades autogestionadas são aquelas livremente organizadas por redes, organizações e coletivos inscritos no evento, que são responsáveis por sua preparação, metodologia, programação e materiais

do tempo e dos **recursos**, já que a convocação oficial para a realização do evento ocorreu somente em 28 de janeiro, durante o Fórum Social Temático, em Porto Alegre.

A pluralidade torna-se mais evidente quando se observa o número de inscrições para as **atividades autogestionadas** para a Cúpula. Foram mais de 1,2 mil.

O QUE SEPARA

Na avaliação de Rubens Born, coordenador-executivo adjunto do Instituto Vitae Civilis e integrante da coordenação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms), dentro da mobilização da sociedade civil há grupos que divergem quanto à manutenção de diálogos com a esfera governamental. “Ainda há muita reserva nesse campo das negociações. Precisamos também aprender a recompor as negociações no quadro mais global, além das causas locais”, afirma Born.

Em *Entrevista* à página 50, Pedro Ivo Batista, coordenador da Cúpula dos Povos, pontua que entre as entidades ambientalistas há uma abertura para o diálogo com o governo e com as empresas maior do que com os movimentos populares e sindicais.

O que existe de diferença entre as organizações pode ser interpretado como uma demarcação de campo, na visão da antropóloga Moema Miranda, diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e integrante do Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial (Grap) do Comitê. “O camponês, por exemplo, que vive perto de uma barragem, tem uma visão diferente da questão socioambiental comparativamente à interpretação e motivações do indígena. Quando nos voltamos para as zonas urbanas, as pessoas que estão em uma favela tratando do direito à cidade estão mais próximas a esses grupos. É assim que se constituem os atores políticos”, exemplifica a antropóloga.

No aspecto religioso, Moema destaca a discussão sobre o cuidado das relações com a natureza. Nos movimentos de esquerda, a vertente ecossocialista propõe a distribuição da riqueza. “Todos mantêm valores e princípios semelhantes, mas com propostas diferenciadas”, diz Moema.

EM BUSCA DE ALINHAVOS

Mas existe um esforço para costurar essa diversidade em bandeiras comuns. Na análise de Moema, o que une a maior parte das redes da sociedade civil – não todas elas – é o posicionamento anticapitalista e antidesenvolvimentista. “Consideramos que os recursos da Terra têm de ser pensados como finitos, e não pode haver uma visão antropocêntrica. Transformar em mercadoria os aspectos fundamentais da vida é ‘mediocrizar’ o que possui real valor”, afirma. No aspecto de governança, as discussões convergem para a extensão do poder exercido por corporações globais, grandes empresas e organismos internacionais.

Para Nilo D’Ávila, coordenador de políticas públicas do Greenpeace, a economia verde, da maneira como tem sido colocada, aflige os movimentos sociais. “Há preocupação quanto à mercantilização da natureza e do direito ao acesso à biodiversidade, além das questões envolvendo florestas e mudanças climáticas”, diz.

Quando, por exemplo, o processo de polinização de uma floresta pode ser transformado em serviço ambiental, abre-se espaço também para o “direito” de poluir e mercantilizar serviços que eram práticas tradicionais das populações, entre outros precedentes, segundo Moema.

Antonio Marcos Alcântara de Oliveira Apurinã, dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), vive essa aflição no dia a dia.

“Na Amazônia brasileira, queremos ter o gerenciamento de nossas terras, dos recursos naturais. A proposta do Redd (*Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação*) para o Brasil está sendo boa para os capitalistas, mas, para nós, não.” Apurinã considera que não é justo que quem destrua o meio ambiente compense em outro local. “Não basta só pagar, também tem de reflorestar em seus lugares de origem.”

O maior desafio, na visão de Apurinã, é estabelecer uma articulação geral em comum com outras organizações indígenas, nos países andinos e de toda Bacia Amazônica. “A questão da água é um tema convergente entre nós. Mas, em outros países, há realidades diferentes. No Equador, o governo paga *royalties* aos índios, na Bolívia há extração de petróleo em áreas indígenas.” Ele afirma que o objetivo dos povos indígenas ligados à organização é consolidar um documento junto com as entidades socioambientais e demais organizações, mesmo que tenham algumas teses diferentes.

Para Israel Evangelista, Ofarere (Mensageiro de Oxóssi) do Ilé Oxumaré, da Bahia, da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), também é fundamental para a rede manter a luta por causas que tenham convergência com as chamadas minorias. “Com os indígenas, temos convergência na questão das ervas medicinais. Em 1992, aprendemos com eles a forma de lidar com as plantas para cuidar das doenças. Dentro do Movimento Negro, temos uma bandeira em comum de discutir as políticas para os menos favorecidos, como de matriz africana.” E com os ambientalistas as discussões pautam-se pelas visões diferenciadas sobre a realização de rituais.

Evangelista constata que, de maneira geral, falta maior entendimento sobre economia verde entre os movimentos e organizações sociais, principalmente por falta de informações. “Não compreendemos como será trabalhado o valor da natureza, se vão privatizar a água e os interesses que estão por trás desse modelo”, diz.

Segundo Moema de Miranda, outro aspecto de convergência que ganha espaço na América Latina, emergente dos povos indígenas andinos, é a do bem viver. Tem como princípio que a Terra é um ser vivo e como objetivo a constituição de uma sociedade de harmonia com o meio ambiente.

Assim, a sociedade civil entende como seu maior desafio conciliar propostas em comum para o documento final, que deverá ser criado pela Cúpula dos Povos no fim da Rio+20. Para isso, o Comitê Facilitador estabeleceu a adoção de uma forma centralizada de articulação, com as chamadas Plenárias de Convergência e Assembleias dos Povos. É isso que a difere do Fórum Social Mundial, em que esses encontros são autogestionados.

PROTAGONISMO MENOR?

Comparativamente ao período da Rio 92, Pedro Ivo Batista, da Cúpula dos Povos, diz haver maior protagonismo das ONGs, que foram importantes, por exemplo, para trazer os sindicatos para o tema socioambiental. Mas hoje existe uma crise sociopolítica e também de credibilidade das instituições perante a sociedade, o que exerce grande pressão sobre os governantes.

Hoje, as organizações sociais criticam a falta de ousadia da Rio+20, pedem maior comprometimento das nações e avaliam que o rascunho do documento-base das discussões oficiais é superficial para contemplar os desafios a serem enfrentados no mundo. Teme-se que o resultado da Conferência se restrinja a somente um acordo político e ao desenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, toda essa crítica acaba funcionando como uma liga nesse caldeirão. Cada um entra com seu ingrediente, mas o caldo torna-se um só. E, a depender das contundentes críticas, a promessa é de apimentar as discussões e pressionar o *business as usual*. ■

[ARTIGO]

Colheitas da luz

Recorrer a combustíveis fósseis é servir-se de resíduos de ciclos químicos com vida curta, do ponto de vista geológico e astronômico. Mas até o uso da energia do Sol traz problemas **POR AMÂNCIO FRIAÇA***

A ONU escolheu 2012 como o Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos. A astrobiologia – o estudo da vida no universo – tem muito a dizer a respeito, pois, em suas estratégias de busca de vida em outros mundos, concentra-se em determinar quais são os estados de longa duração das biosferas, o que exige uma teoria da sustentabilidade. Em alinhamento com a proposta da ONU, inaugurou-se em abril de 2012, no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, o Painel sobre Astrobiologia, Energia e Sustentabilidade, dentro da disciplina “A Vida no Contexto Cósmico” [1].

Durante o painel, estabeleceu-se um diálogo entre os objetivos do Ano Internacional – acesso universal à energia, eficiência energética e energias renováveis – e os eixos de pesquisa astrobiológica.

“Faça tudo tão simples quanto possível, mas não mais do que isto.” Estas palavras de Einstein podem ser parafraseadas em relação à vida, como “tudo o mais econômico possível, mas não mais do que isto”. Em qualquer consideração sobre sustentabilidade, deve-se lembrar que a vida exige muita energia para se sustentar. A vida contraria a tendência universal do aumento da entropia, gera uma entropia negativa, ou negentropia, como enfatizou um dos pais da física quântica, Erwin Schrödinger, no seu clássico *O Que É a Vida?*, de 1944.

Mas, para manter a negentropia da vida, é necessário um aporte continuado de matéria e energia. A sustentabilidade seria, então, o conjunto de modos de se manter a complexidade da vida através das gerações, confrontando o aumento universal da entropia. Por sua vez, isso implica ciclos renováveis de energia, o que aproxima o tema da “renovabilidade” ao da “habitabilidade”, ou seja, a identificação no Universo de locais onde a vida possa surgir, evoluir e sobreviver.

A habitabilidade exige que a demanda



biológica de energia seja satisfeita pelo ambiente. A energia química que a vida armazena tem de ser continuamente renovada por fontes de energia muito mais duradouras. Na Terra, há uma fonte evidente de energia duradoura, a luz solar. Darwin percebeu que o lento processo de especiação da sua Teoria da Evolução demandava muitos milhões de anos. Através do cálculo da taxa de desgaste do Weald (um grande vale no Sul da Inglaterra), determinou uma idade de 300 milhões de anos para essa estrutura, implicando uma idade mínima para a Terra e para o Sol.

Em planetas fora do Sistema Solar, o “sol” é a estrela central do sistema planetário. A vida requer energia livre, ou seja, uma diferença de temperatura para que haja o fluxo de energia, e o brilho abrasador das estrelas é a fonte básica de energia livre do Universo. Podemos dizer que a luz é o alimento primordial da vida. A energia química é só uma forma provisória de armazenagem de energia. Se todo o Sol fosse feito de carvão, ele brilharia por 4 mil anos. Ocorre que sua fonte de energia é outra: a energia nuclear, convertendo hidrogênio em hélio na sua região central. Assim, consumindo apenas 10% de sua massa, o Sol brilha por 11 bilhões de anos.

Quando recorremos a combustíveis fósseis, servimo-nos de resíduos de ciclos químicos com vida curta, do ponto de

vista geológico e astronômico. Ao nos voltarmos para a energia solar, estamos indo diretamente à fonte mais importante de energia para a vida. A demanda mundial de energia é de 15 terawatts. Uma fração mínima de toda a energia solar incidente na Terra, 175 mil terawatts. Contudo, mesmo a energia solar tem problemas.

Esta – nas suas formas eólica e de biomassa, e fotovoltaica – é o modo de geração de energia que exige maiores extensões de solo [2]. Ocorre que, em estudos sobre os limites da Terra em relação à pressão humana, o limiar mais gravemente transgredido é o da perda da biodiversidade, com uma taxa de extinção de espécies cem a mil vezes superior ao nível pré-industrial [3]. E o limiar da perda da biodiversidade correlaciona-se fortemente com o do uso do solo. Pelas grandes áreas que demanda, usar a energia solar para suprir o consumo de energia da Terra pode representar uma séria ameaça à biodiversidade.

Assim, há tempos se elaboram planos para geração de energia solar no espaço. Fora da atmosfera, os painéis solares receberiam 100% da energia que atinge a Terra (cerca de 55% da potência solar no espaço chega ao solo). Desse modo, seriam preservadas as paisagens na Terra. Um problema é que se o consumo terrestre de eletricidade continuar em aceleração (em 2010, houve um aumento de 5,6%), teríamos um telhado de painéis solares acima de nós. Esperemos que não cheguemos ao extremo das “esferas de Dyson”, em que uma civilização acaba por envolver o sol do seu sistema planetário com uma casca de fotorreceptores para sugar totalmente a sua energia. Como até agora não observamos nada parecido na Galáxia, parece que nenhuma civilização extraterrestre foi tão estúpida. [2]

ASTROFÍSICO E PESQUISADOR DO INSTITUTO DE ASTRONOMIA, GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS DA USP

Braskem na Rio+20.

Participação no documento *O Futuro Que Queremos*, base para todas as discussões e debates.



A Braskem foi uma das empresas que, junto com líderes mundiais e ONGs de todos os continentes, contribuíram na elaboração do documento **O Futuro Que Queremos**. Desenvolvido nos últimos anos e constantemente debatido e aprimorado, ele tem servido de guia para alcançarmos um mundo mais justo e sustentável, com uma **economia mais verde e inclusiva**. Um mundo feito com a colaboração de todos nós.

Parceiro oficial da Rio+20

Braskem
Novas formas de ver o mundo

[1] Acesso: astro.iag.usp.br/~amancio/energia-sustentabilidade.htm [2] Mais em: Cho, Adrian, 2010. Energy's Tricky Tradeoffs. Science, 329, p. 786-7 [3] Mais em: Rockström, J., et al. A safe operating space for humanity, Nature, 461, p. 472-5, 2009

A poesia está guardada nas palavras
- é tudo que eu sei.

Meu fado é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.

Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias
(do mundo e as nossas).

Por essa pequena sentença
me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios.

*Tratado geral das grandezas do ínfimo,
Manoel de Barros*

Cada
garrafa
tem uma
história.

Tião Santos

Tião cresceu vendo a família trabalhando duro no lixão. Acreditou num futuro melhor e hoje é o presidente da associação dos catadores do Jardim Gramacho. "Quando fundei isto aqui, debocharam da minha cara, todo mundo dizia que não ia dar certo. Se você quer algo, todo dia tem que acordar e dormir com seu objetivo na cabeça." Com o apoio a histórias como a do Tião, há 15 anos, a Coca-Cola Brasil contribui para alavancar os índices de reciclagem no país. Hoje, são mais de 200 cooperativas apoiadas com equipamentos e capacitação em gestão, gerando inclusão social e renda para milhões de famílias. Como diria o Tião, é apenas o início de uma história sem fim.

"Onde existia fim,
eu vi um começo."



Coca-Cola Brasil

Veja por que Tião acredita em um mundo melhor em vivapositivamente.com.br

Um evento para **7 bilhões** de convidados.

A Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, pode ajudar a definir o futuro do nosso planeta, de todos nós. Uma oportunidade única de influenciar a construção de um novo sistema econômico, social e ambiental.

Junto à nossa rede de mais de 1,4 milhão de consultoras e consultores, iremos estimular a reflexão sobre os desafios discutidos na Conferência e como cada um de nós, de forma interdependente, pode ajudar a construir um mundo melhor. Com que futuro você sonha?

Você pode ajudar a construí-lo.
www.rio20.gov.br

Rio+20.

Essa conversa
é com todos nós.



RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA